



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CAMPUS REGIONAL DE IVAIPORÃ**

**ANDRÉIA GALAN CARNIATO DE SOUZA**

**LARISSA ALINE OLANCZKU TARAS**

**A INSTRUMENTALIDADE E OS INSTRUMENTAIS NA  
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A POLÍTICA  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE PÓS SUAS**

Ivaiporã

2014

ANDRÉIA GALAN CARNIATO DE SOUZA

LARISSA ALINE OLANCZKU TARAS

**A INSTRUMENTALIDADE E OS INSTRUMENTAIS NA  
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A POLÍTICA  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE PÓS SUAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Estadual de Maringá,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ms. Vanessa Rombola  
Machado.

Ivaiporã  
2014

ANDRÉIA GALAN CARNIATO DE SOUZA

LARISSA ALINE OLANCZKU TARAS

**A INSTRUMENTALIDADE E OS INSTRUMENTAIS NA  
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A POLÍTICA  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE PÓS SUAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Estadual de Maringá,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ms. Vanessa Rombola  
Machado  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Cristiane Mazzo  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Ms. Peterson Marino  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Ivaiporã, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente, a Deus por ter nos dado saúde e força para superarmos todo o processo acadêmico, principalmente neste último ano letivo.

Em segundo lugar, aos nossos pais; marido e namorado; filho, irmãos e amigos, que sempre estiveram presentes, incentivando a prosseguir nesta caminhada.

Agradecemos também, a todos os professores que fizeram presentes em nosso aprendizado; pois sem eles não teríamos conseguido chegar tão longe.

À nossa orientadora Vanessa Rombola Machado, por ter sido persistente e compreensiva conosco no processo de construção e conclusão deste trabalho e, por ter nos dado o suporte necessário em todos os momentos.

E a todos que de forma direta e/ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste sonho.

Digo: o real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Guimarães Rosa

SOUZA, Andréia Galan Carniato; TARAS, Larissa Aline Olanczku **A Instrumentalidade e os Instrumentais na Atuação do Assistente Social junto a Política de Assistência Social: uma análise pós SUAS.** 2014. 100 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2014.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, verificar se houve ou não mudanças nos instrumentais e instrumentalidade utilizados pelos assistentes sociais em seus espaços sócio ocupacionais, com a implantação do SUAS; uma vez que, o uso destas técnicas é de extrema importância para a realização de um trabalho profissional de qualidade e eficácia. Para isso, em um primeiro momento, nos utilizamos de um levantamento bibliográfico abordando acerca da trajetória do Serviço Social na América Latina, dando ênfase ao Brasil; discorrendo também, sobre os pressupostos que culminaram no Movimento de Reconceituação e, a cerca da implantação da Lei Orgânica de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social. Evidenciamos ainda, os principais instrumentais que são utilizados na prática profissional. Em segundo momento, aplicamos um questionário estruturado a nove assistentes sociais da micro região de Ivaiporã que atuam na Política de Assistência Social; assim, sendo possível refletir e concluir sobre a importância do uso dos instrumentais e instrumentalidades e que após a implantação do SUAS, não houveram mudanças nos instrumentais propriamente dito, mas sim na obrigatoriedade de utilizá-los de forma correta.

**Palavras-chave:** Instrumentais. Instrumentalidade. Serviço Social. Assistência Social. Prática Profissional.

SOUZA, Andréia Galan Carniato; TARAS, Larissa Aline Olanczku. **The Instrumentality and the Instruments within the Social Worker's Acting with the Social Work Policy**: an post SUAS analysis. 2014. 100 pgs. Course Conclusion Work (Degree in Social Work) - Maringá State University, Ivaiporã, 2014.

## **ABSTRACT**

The present work intends to verify if there were or not changes in the instruments and the instrumentality used by social workers in their social and occupational spaces, with the implantation of SUAS; once the use of these techniques is extremely important to conduct a professional acting with quality and effectiveness. For this, at first, we used a bibliographic review discussing about the trajectory of Social Work in Latin America, with an emphasis on Brazil; it also broaches about the assumptions that culminated in the Reconceptualization Movement and about the implementation of the Organic Law of Social Assistance and Unified Social Assistance. We also highlight the main instruments that are used in the professional practice. In second phase, was applied a structured questionnaire to nine social workers in micro region of Ivaiporã that are acting in the Social Work Policy; this way, making possible to reflect and conclude about the importance of instruments and the instrumentalities and after the implementation of SUAS, there were no changes in the instruments, properly speaking, but in the obligation to use them correctly.

**Keywords:** Instruments. Instrumentality. Social Work. Social Assistance. Professional Practice.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tempo de Atuação .....	71
Figura 2 – Suficiência/Aprimoramento dos Instrumentais .....	78
Figura 3 – Resistência por parte do usuário.....	81



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos entrevistados .....	70
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBCISS	Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFAS	Conselho Federal de Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF/88	Constituição Federal de 1988
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
GRESS	Conselho Regional de Serviço Social
FAMURG	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MG	Minas Gerais
ONGs	Organizações Não-Governamentais
NOB-RH	Norma Operacional de Recursos Humanos
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC/LA	Prestação de Serviços à Comunidade-Liberdade Assistida
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUAS/PR	Sistema Único de Assistência Social do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I- AS CONCEPÇÕES PROFISSIONAIS E OPERATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: DE SUA EMERGÊNCIA ATÉ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b> .....	16
1.1 O Serviço Social: o contexto de seu surgimento, com ênfase na América Latina .....	16
1.2 Serviço Social no Brasil.....	20
1.3 O Movimento de reconceituação para o Serviço Social .....	24
<b>CAPÍTULO II- AS CONCEPÇÕES PROFISSIONAIS E OPERATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ATÉ A IMPLANTAÇÃO DO SUAS</b> .....	30
2.1 O Serviço Social e a Política de Assistência Social pós Constituição Federal de 88 .....	30
2.2 Serviço Social e a Política de Assistência Social perante a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.....	35
2.3 O Serviço Social perante o Sistema Único de Assistência Social-SUAS..	40
<b>CAPÍTULO III- A INSTRUMENTALIDADE, OS INSTRUMENTAIS E AS TÉCNICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL</b> .....	48
3.1 A Prática profissional e instrumentalidade no Serviço Social.....	48
3.2 Os instrumentais e técnicas no Serviço Social.....	53
<b>CAPÍTULO IV- ANÁLISE DOS INSTRUMENTAIS E INSTRUMENTALIDADE NA REALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS SUAS: DA MICRO REGIÃO DE IVAIPORÃ - PR</b> .....	67
4.1 Análise da pesquisa de campo .....	70
4.1.1 Identificação .....	70
4.1.2 Tempo de atuação na política de assistência social .....	71
4.1.3 Instrumentais e instrumentalidade.....	73

4.1.4	A importância dos instrumentais no cotidiano .....	74
4.1.5	Os principais instrumentais utilizados no espaço sócio ocupacional.....	76
4.1.6	Os instrumentais utilizados no cotidiano profissional: necessidade de aprimoramento versus aplicação como está posto .....	77
4.1.7	O SUAS, os instrumentais e o agir profissional.....	79
4.1.8	A aplicação dos instrumentais junto aos usuários: aceitação versus resistência .....	80
4.1.9	Os instrumentais e o sigilo profissional .....	82
4.1.10	É possível realizar um trabalho de qualidade sem os instrumentais .....	84
4.1.11	A dimensão ético-política aplicada aos instrumentais .....	84
4.1.12	A utilização dos instrumentais com o objetivo de intervir na realidade do usuário e conhecer a essência de cada caso .....	85
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>91</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>97</b>
	ANEXO A – Questionário da Pesquisa de Campo .....	98
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	99

## INTRODUÇÃO

No decorrer de toda história do Serviço Social, podemos perceber as transformações ocorridas em sua trajetória; entre elas, seus avanços, conquistas e desafios. Essas transformações devem-se ao desenvolvimento acirrado do sistema capitalista, na obtenção do lucro. A princípio, a assistência social não era vista como uma política de acesso aos direitos de cidadania; e sim como um exercício de ajuda e benemerência, baseadas em ações de caridade, na qual a sociedade civil era responsável. Essa concepção começa a mudar com o aumento das expressões da questão social trazidas pelo progresso do capital, fazendo com que o Estado tome frente a estas questões.

Frente a estas questões, podemos destacar como principais marcos da Política de Assistência Social no Brasil, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e, em 2005, a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Para o enfrentamento das diversas malesas da questão social, o Serviço Social enquanto profissão utiliza-se de instrumentais e instrumentalidade. Esses equipamentos são utilizados no dia a dia pelos profissionais de Serviço Social em seus espaços sócios ocupacionais. São eles que permitem ao profissional, o desvelamento da realidade social, embasando-se nas três dimensões, sendo elas: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-política, na obtenção das particularidades de cada caso.

Assim, este trabalho tem por objeto a análise dos profissionais sobre instrumentalidade e os instrumentais, para esclarecer se houve ou não, alterações no uso destes com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diante do objeto de pesquisa exposto, o objetivo geral tem em vista analisar a implantação do Sistema Único de Assistência Social, se esse trouxe, ou não, alterações significativas junto aos instrumentais e a instrumentalidade utilizada pelo assistente social que atua na Política de Assistência Social. E como objetivos específicos, identificar quais são os instrumentais utilizados pelo profissional de Serviço Social junto a Política de Assistência Social; investigar por meio de quais estratégias são utilizados os instrumentais; verificar quais são os instrumentais mais utilizados; avaliar, a partir do assistente social, a importância, ou não do uso dos instrumentais; verificar se os mesmos são utilizados como postos ou há a

necessidade de adaptá-los e também, verificar se houve alterações nos instrumentais e na instrumentalidade com a implantação do SUAS.

Temos como justificativa da escolha deste tema, em decorrência da Disciplina de Oficina de Formação Profissional I, despertando assim, nosso interesse em aprofundar o conhecimento a cerca dos instrumentais e instrumentalidade na prática profissional. Nossa justificativa também vai à cerca da inserção no campo de estágio de ambas as partes; na unidade pública estatal CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que presta atendimentos aos usuários da Política Nacional de Assistência Social. Sendo uma, no Município de Arapuã e a outra, no Município de Lunardelli. Outra questão que se aplica a nossa justificativa é a de que, os instrumentais e instrumentalidade são importantes para a leitura da realidade. Pois é, através deles que o profissional buscará a autonomia, emancipação e a plena expansão social de seu usuário.

Despertando assim, em nós a necessidade de conhecer e compreender esses instrumentais e instrumentalidade, sendo que, os mesmos são de extrema relevância para o fazer profissional. Ademais, é a partir destes que, temos uma contribuição para um olhar mais sensível diante das questões apresentadas na realidade estudada, de forma a humanizar, as tomadas de decisões.

Deste modo, primeiramente, será realizado um estudo através de pesquisas bibliográficas, como base teórica; e em um segundo momento realizará uma pesquisa de campo, com aplicação de questionário, aos assistentes sociais da micro região de Ivaiporã, que atuam na Política de Assistência Social, utilizando como recorte a atuação nesta a mais de 10 anos, os quais atuam nas unidades: CRAS, CREAS e Órgão Gestor; fazendo um estudo comparativo dos mesmos antes e pós SUAS.

Este trabalho esta estruturado em quatro capítulos. Sendo no primeiro, abordado a trajetória do Serviço Social desde seu surgimento até momento do pós movimento de reconceituação. Expondo os pressupostos que levaram a esse movimento de reconceituação, o que foi o Serviço Social nesse movimento e o Serviço Social na Contemporaneidade.

No segundo, será discutida a Política Nacional de Assistência Social no Brasil. A Assistência Social antes e pós Constituição Federal de 1988 e a Política

Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No terceiro capítulo, abordaremos o objeto da pesquisa, conceituando os instrumentais no Serviço Social. O que são instrumentais e instrumentalidade em Serviço Social, a importância dos instrumentais na prática profissional e os principais instrumentais utilizados pelos profissionais de Serviço Social que atuam na microrregião de Ivaiporã, a mais de dez anos.

Por fim, no quarto capítulo, será apresentada a análise da pesquisa de campo, a qual será realizada através de aplicação de questionário, aos assistentes sociais da microrregião de Ivaiporã, que atuam na Política de Assistência Social.



## **CAPÍTULO I - AS CONCEPÇÕES PROFISSIONAIS E OPERATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: DE SUA EMERGÊNCIA ATÉ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

### **1.1 O Serviço Social: o contexto de seu surgimento, com ênfase na América Latina**

Segundo Iamamoto (2009), esta compreende o Serviço Social como uma profissão na sociedade capitalista, colocando-a como um dos subsídios que norteiam como mediador das relações de reprodução entre as classes sociais e também das questões contraditórias que advêm das mesmas. Refere que a reprodução das relações sociais não esta atrelada apenas à reprodução do trabalho vivo, ou aos meios de produção e suas respectivas matérias-primas; e nem tão somente à “produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias,” (IAMAMOTO, 2009, p 72), esta relação, abarca também, a reprodução espiritual, filosóficas e artísticas.

Entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na *profissão*. (IAMAMOTO, 2009, p. 73)

Deste modo, segundo a autora acima citada, devemos compreender a profissão como inserida na realidade, num dado momento histórico, sendo gestada e representada por meio de seus agentes profissionais.

Assim, afirma que o surgimento do Serviço Social como profissão se apresenta com a divisão social do trabalho, onde o capital passa a determinar as regras de como produzir, consumir e viver dentro da sociedade, ou seja, passa a ter a sua ideologia como lei; a qual é difundida pelos grandes grupos que possuem os meios de produção. Deste modo, o Estado passa a agir sobre as sequelas da exploração do trabalhador, surgindo assim, o Serviço Social como profissão reconhecida. Compreende-se então que o surgimento da profissão esta ligada a instituições que prestam serviços sociais ou assistenciais, administradas ou auxiliadas pelo Estado. Para ter o controle social junto aos trabalhadores. É próprio do sistema capitalista, em seu processo de expansão, a exploração abusiva dos trabalhadores, para acumular capital, e por consequência, faz aumentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão desses trabalhadores. Sendo estas

expressões, sequelas da questão social, na qual o Serviço Social passa a atuar como mediador entre as classes sociais, na lógica de manter o *Status Quo*, servindo os interesses da classe burguesa.

Iamamoto (2009) afirma ainda, que quando do surgimento da profissão, o Estado passa a intervir pelo bem estar da classe operária, via Políticas Sociais para que a mesma tenha uma melhor condição de vida e de trabalho, para que ela continue trabalhando e não se revolte contra o Estado/Capital. Sendo assim, o assistente social, segundo Iamamoto (2009), passa a responder aos interesses do capital, como também, a dar respostas às reivindicações por melhorias, tanto no espaço de trabalho como de sobrevivência da classe operária.

Assim como os demais trabalhadores, o Assistente Social está inserido no processo de trabalho, o qual vende sua força de trabalho ao capital. Conforme Iamamoto (2009) o assistente social passa a receber um salário,

preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado como o preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do valor. (IAMAMOTO, 2009 p. 85)

A referida profissão chega na América Latina no século 19. Castro (2011) refere que o ano de 1920 é marcado no Chile como uma nova fase histórica, por conta do surgimento de novas classes sociais, estimuladas pelas relações de produção, devido à alta exploração do trabalho assalariado, além disso, com o início da industrialização. Devido a esse novo cenário de exploração, há um crescimento da pobreza nesse país. Mas, é claro que nem no Chile e nem em outros países o confronto de classes foi para beneficiar ao proletariado. Com essa nova configuração social o Estado caminhava para se adaptar a essa nova situação, o qual era levado pela classe o que dominava.

O Chile se desenvolveu com a produção de cobre após a primeira Guerra Mundial, por conta da ação das companhias norte-americanas que subalternizaram as empresas antigas.

É claro que estes êxitos econômicos do país foram conseguidos graças a mecanismos que possibilitaram uma intensificação da exploração da classe operaria chilena e também o seu crescimento numérico. O significado econômico que a exportação de cobre tinha para o país impunha uma dinâmica fluida às negociações entre o

Estado, as grandes companhias norte-americanas e o proletariado mineiro do Chile. (CASTRO, 2011, p. 36)

Mas, as novas formas de organização social apresentaram novas exigências, onde a classe burguesa procurava responder por mecanismos distintos, essa classe direcionava as lutas populares fazendo que os mesmos fossem enquadrados em sua legislação, cabendo ao Estado esse controle.

A Igreja Católica em seu discurso doutrinário estabelece normas para o exercício da fé. Entre os instrumentos mais importantes podemos destacar as encíclicas papais, onde representam modificações na política da Igreja. Devido os processos de industrialização que conseqüentemente intensifica a luta de classe, onde as condições se dão de forma diferente das que existam. As encíclicas enfatizam as explorações que os trabalhadores sofrem, permitindo assim o acumulado capitalista, onde reconhece a desigualdade.

Castro (2011) discorre que no momento em que o Serviço Social começa a se profissionalizar no mundo, principalmente com o início de cursos superiores nas escolas de Serviço Social e sua vinculação com o Estado; duas encíclicas papais assumem um importante papel para o seu desenvolvimento, a *Rerum Novarum* de 15 de maio de 1891, anunciada por Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno* por Pio XI em 15 de maio de 1931, dois anos após a Crise Capitalista de 1929.

Destaca que a *Rerum Novarum* incide como respostas as lutas de classe operária, onde a Igreja percebe sua necessidade em reforçar sua ideologia, assim a encíclica toma forma de documento político para articular uma conciliação entre as classes, no qual reafirma a exploração da classe operária o que faz com que a classe dominante, reflita sobre os riscos que suas ações assumem. Essa também é uma resposta para o pensamento socialista, onde coloca o discurso religioso acima das classes, no qual recorre à autoridade maior, fazendo que os homens sejam submissos ao poder divino. Já na encíclica *Quadragesimo Anno* sua importância foi de orientação para dar respostas ao paganismo e a secularização. Essa se desenvolveu um pouco mais dura, mesmo sendo com o espírito de antes. Nessa encíclica, o papa Pio XI, reconhece e salienta o trabalho dos intelectuais e dos profissionais católicos em relação à doutrina social da igreja.

Perante a este desenvolvimento capitalista de exploração neste país latino americano, se faz necessário a implantação da primeira Escola de Serviço Social, em 1925. Muitos são os estudos que questionam o surgimento do Serviço Social como profissão na América Latina. Castro (2011) ressalta que a primeira Escola de Serviço Social no Chile foi fundada pelo Dr. Alejandro Del Rio, no ano de 1925. O ano de 1925 pode ser considerado, como o ano do surgimento do Serviço Social como profissão nesse continente. Nesta mesma época o Serviço Social recebeu grandes influências externas; tendo como referências o Serviço Social belga, o francês e o alemão e, em seguida, o norte-americano.

Com a fundação da primeira Escola de Serviço Social no Chile, foi possível aos profissionais de Serviço Social adentrar em uma nova etapa para seu exercício profissional, diferente do qual era exercido devido à incorporação do ensino superior.

Castro (2011) enfatiza ainda que a abertura de uma escola em si não pode ser identificada como início de uma profissão, mas que revela os momentos específicos dos processos que fazem com que a profissão começa a se colocar de forma correta em sua reprodução. Diante da expansão capitalista e de seus meios de produção, as sequelas e consequência que derivam desse processo, como o desenvolvimento da miséria, crescimento urbano desordenado, fez com que um médico tomasse a iniciativa de fundar a primeira escola de Serviço Social, não podia ser diferente já que médicos, sacerdotes e advogados, atuavam como profissionais de significado social.

Nesse momento a sociedade oligárquica entra em colapso, diante das mudanças que ocorriam em relação às novas estruturas, modificações estas, que se dava de forma qualitativa. Desta forma, as ações sociais sofreram alterações onde muda a função de sua perspectiva e o Serviço Social é um dele.

Para Castro (2011) diante do contexto apresentado acima, surge à necessidade da implantação do Serviço Social como profissão; assim, as primeiras Escolas de Serviço Social na América Latina, se deram no Chile, em 1925 na cidade de Santiago; em 1936 no Brasil, na cidade de São Paulo; e no ano de 1937 na cidade de Lima no Peru. Sobre o Serviço Social no Brasil, trataremos a seguir de modo mais profundo. As primeiras escolas de Serviço Social trazem algumas mudanças na profissão. Antes de ser inserido nas universidades, sua prática era de

forma configurada, num conjunto de objetivos explícitos, setores esses onde os profissionais exercitavam sua atividade.

## **1.2 Serviço Social no Brasil**

De acordo com Ortiz (2010), o Serviço Social surge no Brasil a partir de 1930, em uma época em que o Capitalismo Monopolista se fortalece na sociedade burguesa na afirmação do projeto Reformista-Conservador, juntamente com a consolidação do capitalismo. Apesar do desenvolvimento industrial ter incluído o Brasil na participação do circuito capitalista internacional, não objetivou o país a ser um país plenamente desenvolvido; na verdade esse processo de industrialização foi uma necessidade exigida do capital monopolista mundial para dar respostas ao desenvolvimento dos países, mesmo sendo um país desigual.

Acompanhado ainda o pensamento da autora, esse desenvolvimento do capital no Brasil, fez com que o país implantasse novas medidas políticas para o novo modelo econômico vigente. O qual faz aumentar a necessidade de consumo por parte dos trabalhadores, exigindo assim do Estado e das elites uma nova postura política e ideológica.

Conforme Ortiz (2010) a partir da década de 1930, o Estado brasileiro passa a ter responsabilidade sobre os trabalhadores, sendo necessário um planejamento sobre as políticas sociais para que as mesmas fossem capazes de acalmar as tensões causadas pela classe burguesa. Assim, o Estado passa a determinar ao assistente social seu espaço sócio ocupacional, exigindo desse, maior capacidade de atender as demandas postas, com soluções rápidas e concretas.

Para Martinelli (2011) o Serviço Social teve seu surgimento no Brasil devido à iniciativa da classe burguesa tendo o apoio da Igreja Católica, e referência do Serviço Social europeu. Devido a essa nova conjuntura que estava ocorrendo onde a acumulação capitalista já não se fazia através da agricultura e sim através do polo industrial que se consolidava cada vez mais, faz se necessário uma recomposição do quadro político, social e econômico nacional por parte do país.

Ortiz (2010) ainda compartilha com Netto quando ele diz que:

O entendimento de que está solidamente construída no Serviço Social brasileiro, a perspectiva de que a profissão emerge, tanto em nível nacional, quanto internacional, num determinado momento da história, mais precisamente com a complexificação da dinâmica

capitalista e seus desdobramentos – no caso, quanto ao enfrentamento das expressões da “questão social”. (NETTO *apud* ORTIZ, 2010 p.115)

Estudos apontam que a emergência do Serviço Social no Brasil se deu a partir de dois processos; o primeiro foi através do movimento do monopólio do capital e o novo posicionamento do Estado; e o segundo quando a Ação Católica se fortalece no Brasil. Esses dois processos foram identificados como necessidades ao enfrentamento das expressões da questão social, permitindo assim uma união entre as partes dominantes (Estado e Igreja); diante há um projeto em comum, ou seja, o projeto reformista-conservador, com o objetivo de modernizar o Brasil, e ingressá-lo ao capital internacional e frear as mobilizações e organizações políticas da classe trabalhadora. (ORTIZ, 2010)

A autora acima destaca ainda que a Igreja Católica diante do projeto-reformista teve uma participação muito importante em relação à formação profissional, a qual foi a primeira a organizar junto à burguesia o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), criado em 1932, que tinha como objetivo, formar seus membros através das doutrinas da Igreja, sendo voltado para uma prática de ação social, nomeado então como “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, dessa forma foi composto por jovens paulistas e algumas militantes da Igreja.

Martinelli (2011) afirma também que o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo foi criado através de esforços da burguesia, com o intuito de desempenhar um papel de qualificar seus agentes para a realização da prática social. As primeiras alunas dessa escola eram jovens católicas pertencentes da alta burguesia paulista, as quais já participavam de algumas atividades assistenciais ou de ações da Igreja.

De certa forma, através desse curso, abria-se a possibilidade de a mulher paulista marcar sua presença no processo político que se desenrolava em seu próprio Estado. Embora dirigido como primeira iniciativa a um grupo pequeno e selecionado, dele se esperava um grande efeito multiplicador, aliado a uma ampliação de seus resultados pelo próprio Centro de Estudos e Ação social de São Paulo. (MARTINELLI, 2011, p.123)

Em resposta a essa demanda do Estado, segundo Sposati (2003) é fundada em 1936 a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, na cidade de São

Paulo, por meio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Pois, de acordo com IAMAMOTO (2009, p. 181), nesse momento São Paulo passava a ser o “principal conglomerado industrial [...], contando com numeroso proletariado”. A princípio, o curso de Serviço Social tinha como objetivo, suprir a demanda dos trabalhadores daquela época já existente, através de uma formação de caráter técnica especializada. Destaca que no mesmo ano ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Primeira Semana de Ação Social, servindo de marco para a implantação da Escola de Serviço Social em 1938, nesta mesma cidade. Uma das principais diferenças, da Capital Federal até então, se dava pela infra-estrutura de prestação de serviços básicos, a qual tinha um grande apoio do Estado. Durante a década de 1940 surgem outras escolas de Serviço Social espalhadas nas capitais dos Estados brasileiros, tendo por base de formação acadêmica, influência das Escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro, já que estas teriam como diretoras, ex-alunas das duas primeiras escolas.

Segundo Iamamoto (2009), até o fim dos anos 40, indicadores apontavam o número superior a 300 assistentes sociais formados, na sua grande maioria, mulheres; principalmente nas cidades de São Paulo e no até então, Distrito Federal. A princípio eram as próprias escolas as responsáveis por abrir e manter os campos profissionais; e os afazeres do assistente social eram restritos, devido ao baixo desempenho tanto dos órgãos públicos como também das instituições privadas de Serviço Social, os quais acabavam por não fornecer ao profissional, uma base que atendesse as demandas da política daquele período. O trabalho desse profissional ligado às intuições<sup>1</sup> daquela época se desenvolvia por meio de serviços junto às famílias trabalhadoras, principalmente com casos individuais; os quais objetivavam a prevenção da decadência e da desordem, na tentativa de elevar o nível econômico, cultural e social destas famílias.

De acordo com SPOSATI (2003, p. 45), em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), considerada como uma das primeiras instituições de assistência social ligada ao Estado. Deste modo, a assistência social abordada como serviços sociais pela intervenção do Estado, passa a ter um maior alcance e

---

<sup>1</sup> Instituições como, os Centros Familiares, na cidade de São Paulo que foram organizados pelo CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado, e a Associação Lar Proletário de caráter particular no Rio de Janeiro, em 1939. (IAMAMOTO, 2009, p. 190)

eficácia; mas como destaca a autora, continua com “o sentido de benefício ou da benevolência, só que agora, do Estado”.

Dentro das empresas, o trabalho de intervenção era direcionado, sobretudo

à legislação do trabalho, atuando principalmente junto às mulheres e crianças: direção da creche, articulação dos serviços anexos, ação educacional (educação popular – formação moral, higiene etc.), visitas domiciliares, articulação e “encaminhamentos para os serviços da comunidade e contatos com os movimentos de aperfeiçoamento moral e profissional” (Juventude Operária Católica, Círculos Operários etc.). (IAMAMOTO, 2009, p. 193)

Para a autora acima citada os primeiros assistentes sociais, tanto aqueles contratados pelo Estado para atuar em instituições públicas ou contratados pelas empresas privadas, possuíam uma atuação com caráter doutrinário, coercitivo e assistencialista, tentando mudar a realidade dos “assistidos”, por meio da educação. Somente a partir das primeiras conferências e encontros, que são apresentadas tentativas de uma nova sistematização tanto da prática profissional e também do ensino do Serviço Social, o qual passaria a ter outra visão. Mas como destaca Iamamoto (2009), esse processo ainda estaria longe da adoção de uma visão crítica à realidade enfrentada pela população naquele momento.

A autora afirma ainda, que o Serviço Social no Brasil não está ligado somente ao setor público, no que caracteriza seu controle sob a sociedade; mas também está vinculado a empresas privadas, que prestam serviços de caráter social à sociedade civil. Se tornando uma profissão assalariada a serviço tanto do Estado quanto das empresas.

Adiante iremos falar sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro; através deste movimento, o Serviço Social rompeu com muitos de seus paradigmas, o que possibilitou ao mesmo, uma visão mais aberta frente às necessidades da realidade. Sendo assim, o Movimento de Reconceituação foi de extrema importância para a história do Serviço Social brasileiro.



### 1.3 O Movimento de reconceituação para o Serviço Social

No período entre as décadas de 1960 e 1970, a classe burguesa passava por uma tensão frente à luta dos operários; e é nesse cenário que a prática profissional é colocada em revisão. Esta revisão crítica do Serviço Social, segundo Netto (2005), ocorre em três ocasiões: frente à fundamentação científica, a desvinculação sociopolítica com instituições e com movimento estudantil. Nesse momento, há uma mobilização por parte da categoria dos assistentes sociais na tentativa de romper com prática profissional que até então, se caracterizava pela forma funcionalista, empirista, paliativa e coerciva de acordo com os ideais burgueses.

O Movimento de Reconceituação marca o aproximar das ideias do Serviço Social latino americano com o brasileiro. Netto (2011, p. 152) classifica esse processo de reconceituação, como uma *perspectiva modernizadora*; um “movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distintos”, os quais estão intrinsecamente sobrepondo um a outro; o que acaba por atrapalhar o entendimento de como ocorreu seu desenvolvimento de renovação.

Conforme o mesmo autor, o processo de reconceituação tem como marco, o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em maio de 1965, tendo entre seus participantes, profissionais do Brasil, Uruguai e Argentina. Reflete também, que a renovação é possível somente a partir de uma ação organizadora. E destaca ainda os três seminários de teorização do Serviço Social, como marcos do processo de modernização. O primeiro aconteceu em março de 1967, na cidade de Araxá (MG), tendo como principal organizador o Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS); o segundo seminário se desenvolveu em Teresópolis, Rio de Janeiro no mês de janeiro do ano de 1970; e o terceiro se deu em novembro de 1978 na cidade de Sumaré (SP). Nesses últimos dois seminários, além da participação do CBCISS em suas organizações, houve também a colaboração dos alunos dos cursos de pós-graduação (Teresópolis), e ao último agrega-se o auxílio dos órgãos ligados à Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS<sup>2</sup>) ou com a própria categoria profissional.

---

<sup>2</sup> A ABESS foi criada em 1946, uma década após ser implantado o primeiro curso de Serviço Social do país; vindo a mudar para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) somente na segunda metade dos anos 90. Deste modo, a partir de então ela passa

Após as ideias serem debatidas em cada um desses congressos, elas eram difundidas em salas de aula de formação profissional, o que permite a esses novos profissionais ainda em graduação, ver um novo horizonte; trazendo para a academia uma reflexão moderna, diferente da tradicional ligada ao conservadorismo profissional. (Netto, 2011)

O autor afirma que a primeira direção tomada para essa modernização do agir profissional é

(...) no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (...). (NETTO, 2011. p. 154)

Sendo assim, não há mudanças e sim uma nova fundamentação do Serviço Social, tendo como base uma teoria e metodologia, de acordo com as necessidades vividas, visto os princípios neopositivistas norte-americanos. Deste modo, a profissão passa agir por meio de seus profissionais, como um instrumento de intervenção social nas relações sociais entre burguesia e proletariado, respondendo as demandas postas por essas relações.

Netto (2011) refere que é somente nos anos 70 que há um amadurecimento das ideias para que houvesse o movimento de reconceituação, mesmo encontrando resistência por parte de alguns profissionais da categoria. Esse amadurecimento consiste por conta da crise vivida pelo capital, a qual possibilitou a emancipação da classe profissional do controle da burguesia; por conta também, do ingresso de novos alunos nas universidades.

A formulação do Documento de Araxá<sup>3</sup> contou com a participação de 38 assistentes sociais, e segundo Netto (2011), este traz uma perspectiva modernizadora, tendo como objetivo, a construção de uma teoria para a prática profissional de acordo com a realidade do país. Esse documento institucionaliza a prática profissional com caráter preventivo, visando atender ao indivíduo, o qual possui desajustes tanto sociais quanto familiares. Tendo como prioridades, a valorização e a melhoria de suas condições, levando em conta seus valores culturais e individuais, deste modo, o Serviço Social passaria a orientar a população no

---

a “defender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação”.

<sup>3</sup> Seminário realizado na cidade de Araxá, Minas Gerais, nos dias 19 a 26 de março de 1967.

sentido de conscientizá-la frente aos problemas sociais. Tendo em vista tanto a ascensão humana, como também o desenvolvimento íntegro; esse debate não traz a ruptura com o conservadorismo, pois no mesmo ainda há ranços que caracterizam um Serviço Social tradicional.

O que Netto (2011), distingue como um tradicional sobre novas bases; desta forma, a atuação profissional não deixou de romper com a perspectiva conservadora, ou seja, o agir profissional como ação social, através do atendimento de indivíduos, por meio dos estudos de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade, métodos de intervenção do Serviço Social naquela época. O autor chama a atenção para o contexto histórico que o país vivenciava neste período, a Ditadura Militar (1964 a 1985). Contudo, esse documento instiga o fazer profissional, o qual passa do neotomismo para um campo teórico funcional; trazendo a adequação da profissão em dois níveis, caracterizada de micro e da macro atuação, os quais compreendem tanto a administração e prestação de serviços diretos a população, como também, na participação e planejamento de políticas, visando o desenvolvimento por meio de transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas.

O seminário realizado na cidade de Teresópolis entre os dias 10 a 17 de janeiro de 1970, no estado do Rio de Janeiro, teve como tema, a Metodologia do Serviço Social; estiveram presentes 33 profissionais. A principal diferença deste documento com o de Araxá é o que NETTO (2011, p. 178) enfatiza como “o ‘moderno’ triunfa completamente sobre o ‘tradicional’”; a atuação profissional passa a ser operativa e instrumentalizada, compondo-se de diagnóstico e intervenção planejada. Desta forma, é levado em conta, pelo profissional a realidade do indivíduo, de acordo com os fenômenos sociais vigentes. Ao se tornar concreta a perspectiva modernizadora, derruba-se os obstáculos que interferem na inserção do Serviço Social aos espaços que agenciavam a visão tradicional. Porém não há avanço sobre os valores ideoculturais, ligada à ideia de desenvolvimento advindos de Araxá.

Segundo Netto (2011), o Documento de Teresópolis constitui-se de três importantes significados para a renovação da profissão no país. Deixa claro o perfil sócio técnico do Serviço Social, traz uma requalificação de seu profissional, e ainda, a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora”. A pauta deste seminário dá abrangência para uma nova formação acadêmica

diferenciada, introduzindo na grade curricular dos cursos, matérias como: Planejamento, Administração, Estatística, Política Social, Economia, e também matérias de Sociologia.

Diferentemente de Araxá e Teresópolis, os documentos de Sumaré<sup>4</sup> e Alto da Boa Vista<sup>5</sup>, não tiveram uma repercussão positiva dentro da categoria profissional, pois esses dois seminários trouxeram para o debate, ideias que não correspondiam com as demandas do Serviço Social daquele período. Os congressos anteriores apresentavam em suas formulações, ideais contemporâneos que correspondiam com o contexto histórico que se apresentava. Os apontamentos que davam base aos debates em Sumaré, não discutiam nem a natureza e nem as funções do Serviço Social; discutia apenas a “particularização concreta em termos de clarificação histórico-social” NETTO (2011, p. 198). Já em Alto da Boa Vista, como o autor destaca, se tem um empobrecimento da teoria acerca dos assuntos debatidos.

Porém, é nesses seminários que se abre o leque para a “formulação de novas vertentes”, denominadas por Netto (2011), de reatualização do conservadorismo; já que as discussões sobre a fenomenologia não davam mais conta de explicar a realidade vivida do indivíduo ao profissional, sendo esta, a ocasião para se pensar em romper com esses paradigmas dentro da profissão.

Nessa mesma linha de raciocínio segue Faleiros (2005), segundo este autor, as discussões neste seminário se colocam com um caráter funcionalista, desencadeando dentro da categoria o pluralismo, ou seja, alguns profissionais aderem à sua prática profissional, uma visão dialética enquanto outros profissionais continuam com a mesma ótica fenomenológica. A intenção de ruptura com o conservadorismo emerge do espaço acadêmico nos primeiros anos da década de 1970, ganhando força anos mais tarde com o interesse da categoria profissional, apresentando um novo olhar nas mais diversas dimensões da sociedade civil; fazendo oposição frente aos ideais burgueses, exigindo também do assistente social um novo perfil profissional, muito além do exigido pela perspectiva modernizadora.

---

<sup>4</sup> O seminário de Sumaré aconteceu no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 24 de novembro de 1978, reunindo 25 pessoas entre coordenadores, consultores, apoiantes e participes.

<sup>5</sup> O seminário do Alto da Boa Vista desenvolveu-se no mês de novembro do ano de 1984, contando com a presença de 23 assistentes sociais e 01 aluno.

Por se tratar de uma categoria não homogênea, muitos profissionais não coexistiam com os valores e práticas profissionais anteriores, o que acabou por gerar uma crítica tanto ao projeto da perspectiva modernizadora, quanto à área de atualização do conservadorismo dentro do Serviço Social. Segundo Netto (2011), esse momento teve como fundo histórico para o Serviço Social, o retorno dos trabalhadores no cenário da política brasileira, desdobrando uma crise frente à classe burguesa. O autor destaca também, a importância da formação acadêmica, nos níveis de graduação e pós-graduação dos cursos de Serviço Social. Tendo como principal diferença com as demais perspectivas descritas acima, a vinculação de professores a esse momento de renovação para a profissão.

Compartilhando ainda da reflexão do autor, a corrosão do tradicionalismo dentro da profissão, emanava desde os anos 50, tendo como auge da crise, o golpe militar de 1964. Durante o período de 1964 a 1968, há uma lacuna no que diz respeito à representação da profissão frente às relações sociais brasileiras no contexto da ditadura, tanto nas esferas pública e privada. Esse vazio foi ocasionado em virtude que muitos desses profissionais que estavam frente ao processo crítico do conservadorismo do Serviço Social, sofreram com a repressão desse governo ditatorial, patrocinado pelos Estados Unidos, que imperava nosso país. Não permitindo assim, inovações no Serviço Social; desta forma caberia ao campo acadêmico tomar iniciativa, encontrando espaço para elaboração e experimento de projetos, via programas de pesquisa e extensão, os quais tinham por base, uma crítica ao conservadorismo.

Conforme Netto (2011), a emergência da intenção de ruptura consiste da luta dos profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, entre os anos de 1972 e 1975; esse processo culminou no Método de Belo Horizonte. O qual traz uma crítica à prática profissional conservadora, propondo:

uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação. (NETTO, 2011. p. 263)

Faleiros (2005) destaca ainda, que é nesse momento que o Serviço Social brasileiro encontra com a visão marxista, colocando-o a frente da reprodução capitalista. Seguindo essa mesma reflexão Sposati (2003) afirma que, essa

aproximação dos assistentes sociais com a linha marxista, segundo a autora, possibilitou aos profissionais uma leitura mais abrangente da realidade, permitindo a estes, observar os reais interesses do capital em relação aos proletários, ou seja, a exploração da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Podemos ainda compartilhar com Netto (2005) que destaca como uma das principais conquistas de todo esse processo de reconceituação para o Serviço Social, é que o assistente social deixa de ser apenas um agente executor das políticas sociais; passando a planejar via pesquisa de campo, atividades frente às necessidades da população. Segundo Ortiz (2010) o movimento de reconceituação apresenta ao Serviço Social brasileiro uma nova ordem, a qual deixa de lado sua prática subalternizada a ordem burguesa, desvelando assim sua nova intervenção de ação profissional.

Essa concepção, embora atravessada também por uma série de excessos e enganos teóricos e políticos, possibilita acima de tudo um giro completo nos fundamentos da profissão, o qual irá, anos mais tarde, conferir, dentre outros desdobramentos, uma requalificação da autoimagem do Serviço Social. (ORTIZ, 2010, p. 170)

Embora o movimento de reconceituação tenha ocorrido tardiamente no Serviço Social brasileiro, este possibilitou uma nova visão à profissão tendo como início os Seminários de Teorização de Araxá e Teresópolis, os quais já foram descritos anteriormente. Conforme Ortiz (2010) o Serviço Social brasileiro adentra aos anos 80 com seu compromisso social voltado as instâncias da classe trabalhadora e em busca de legitimar a ação profissional frente a seus usuários; contando com a contribuição de entidades com dimensão popular e sindical pela reconstrução da democracia neste país.

## **CAPÍTULO II - AS CONCEPÇÕES PROFISSIONAIS E OPERATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ATÉ A IMPLANTAÇÃO DO SUAS**

### **2.1 O Serviço Social e a Política de Assistência Social pós Constituição Federal de 88**

Segundo Iamamoto (2012), mesmo com a crise do capital advinda dos anos de 1970, pode-se notar transformações exigidas pelo mercado mundial tendo como principal administrador, o capital financeiro. Nota-se mudanças tanto na produção e na gestão de trabalho; as quais acabam por distorcer as relações entre Estado e sociedade civil. A autora argumenta que é nesse cenário de acumulação de capital, que há o alargamento da questão social, caracterizada principalmente pelas desigualdades sociais: pobreza, desemprego, fome, violência entre outras sequelas; gerando o que a autora destaca como “*apartheid* social”.

A autora também nos chama atenção para a contradição existente com os avanços científicos e tecnológicos dentro das grandes indústrias; com este desenvolvimento e com o discurso da polivalência e flexibilidade, são exigidos cada vez mais, trabalhadores qualificados e que abram mão de alguns direitos e benefícios. É nesse contexto que a classe operária se vê mais uma vez prejudicada, sendo obrigada a aceitar os baixos salários oferecidos pelas empresas, extensas e precárias jornadas de trabalho. Há também outros agravantes, como por exemplo, a redução dos direitos trabalhistas e sociais conquistados anteriormente via luta dessa classe por melhorias e condições dignas de trabalho.

Conforme Iamamoto (2012, p. 145)

Crescem os níveis de exploração e as desigualdades, assim como, no seu reverso, as insatisfações e resistências presentes nas lutas do dia-a-dia, ainda carentes de maior organicidade e densidade política. Na sua maioria, silenciadas pelos meios de comunicação, essas lutas condensam a recusa do instituído e expressam iniciativas tensas e ambíguas, que adensam um processo de acumulação de forças que procura avançar historicamente no horizonte da igualdade.

Porém, segundo IAMAMOTO (1998, p. 18) essa igualdade está longe de acontecer justamente por que igualdade não é equidade e nesses novos

tempos de acumulação capitalista deixa bem claro essa colocação, devido ao agravamento “das múltiplas expressões da questão social”, onde o Serviço Social tem como base para o surgimento de sua profissão. A autora destaca ainda que, com toda essa evolução, nota-se por intermédio da mídia ou até mesmo pelo governo um grande acúmulo de renda, de capital e de poder, o que faz dessa forma aumentar cada vez mais nos locais de trabalho a demanda pelos serviços sociais. Pode ser constatado também que há um aumento nas seleções em relação às políticas sociais, diminuí-se os recursos, os salários e coloca-se critérios para a população em relação aos direitos garantidos para ter acesso aos serviços sociais públicos.

De acordo com Vieira (1998), a redução de gastos por parte do Estado na prestação de serviços à população carente, nos anos 80, faz com que os direitos sociais sejam transformados em mercadorias, deste modo o indivíduo passa a ser consumidor de algo que já lhe foi garantido constitucionalmente.

Segundo Iamamoto (2012) o alto número de desempregos se deve também, ao desenvolvimento tecnológico, uma vez que as máquinas desenvolvidas são mais velozes e eficazes que o trabalho manual. Dessa forma, a classe operária se vê obrigada a entrar no mercado informal, onde estão carentes de qualquer tipo de direitos trabalhistas e benefícios previdenciários sem ter sua carteira de trabalho assinada, como por exemplo: seguro desemprego, férias, FGTS, 13º salário, auxílio doença, salário maternidade, entre outros.

Segundo Soares *apud* Iamamoto (2012), é a questão social<sup>6</sup> e suas sequelas que sustentam as lutas sociais por parte da classe trabalhadora, esses movimentos se tornam o combustível para as obras de entidades da sociedade civil, ou seja, o “terceiro setor” passa a responder as necessidades da população através de trabalhos sociais.

As lutas sociais, segunda a autora

passam a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 160)

---

<sup>6</sup> Segundo Iamamoto (2012, p. 156) a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche.



Nozabielli (2008) enfatiza também que é nos anos 80 que os debates em relação à assistência social ganham expressão, em relação à emergência das lutas contra a ditadura militar, e a construção de um Estado democrático para a sociedade. Sendo assim, a sociedade brasileira atravessava por dois momentos: a reconstrução do Estado de direitos e a reorganização do capitalismo; os quais estabeleciam novos ajustes econômicos no mercado e no capital por conta da globalização.

É através da cobrança de impostos, que o Estado custeava as despesas de suas políticas sociais. Segundo Soares *apud* Yamamoto (2012), entre os anos de 1980 e 1990, a questão social no Brasil se evoluiu com os altos índices de desempregos; frente a esse cenário, encontra-se o assistente social, tendo por principal demanda as necessidades desses trabalhadores desempregados, o profissional se depara com a limitação de recursos por parte do governo para o enfrentamento dessa questão.

De acordo com a reflexão de Nozabielli (2008), a Constituição Federal de 1988 é um marco importantíssimo para a história da assistência social no país. Pois, defende a assistência social em seus artigos 203 e 204. O artigo 203 da CF/88 apresenta os objetivos de:

- I. Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. Amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. Promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. Habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. Garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provido por sua família, conforme dispuser a lei.

Logo, o artigo 204 discute as diretrizes:

- I. Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

De acordo com Sposati (2003), a inclusão da assistência social na Constituição Federal tem por principal objetivo, mudar o conceito de marginal ou carente sobre a população beneficiária, a qual é vítima da estruturação do capital social e não tem essa condição pelo caráter pessoal.

Segundo a autora, a Constituição de 88, trouxe um padrão político-jurídico, na concretização dos direitos sociais de forma coletiva e não apenas individuais; no combate a situações de vulnerabilidade e riscos sociais, com a presença do Estado frente a estas questões.

A autora defende ainda que:

A conquista de direitos humanos e sociais supõe uma revolução político-cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, ditatorial, não democrático, de concentração de riquezas intensamente presentes na sociedade brasileira. Estas mudanças geram também impactos na economia, no financiamento público. Sem essa mudança de entendimento nunca no Brasil poderão ser praticados os direitos sociais e direitos humanos. (SPOSATI, 2003, p. 04)

Para Nozabielli (2008) a Constituição Federal de 1988 insere a assistência social no campo das políticas sociais, inaugurando condições ético-político dentro dessa área. Estabelecendo uma transição para as formações socioassistenciais em dever moral de ajuda, para garantia de direitos, protegido pelo Estado a toda população.

Conforme a autora, quando a assistência social foi instituída como política social pela CF/88, ela ganha expressão no debate em relação ao alcance e o significado da condição de política. Já que, as mesmas são condicionadas pela emergência do seu contexto histórico através de interesses políticos, econômicos e sociais.

Nozabielli (2008) afirma ainda que:

[...] a assistência social constituiu-se no campo da seguridade social “pela negativa, isto é, passou a ser do campo de assistência social o que não era de Previdência por não ser benefício decorrente de

contribuições prévias”. Portanto, sua inserção na CF/88 como política pública “[...] não resultou de um processo político pela ampliação do pacto social brasileiro” (SPOSATI *apud* NOZABIELLI, 2008, p. 54)

A autora coloca ainda que as políticas sociais são pensadas sempre com referência nas relações sociais onde o Estado oferece como respostas às expressões da questão social. A assistência social, como espécie da política social, se coloca como intermediadora entre o Estado e a sociedade expressando assim seus interesses. Essa intervenção do Estado se dá por conta das desigualdades do capitalismo através da resistência e luta em disputa da esfera pública, assim a questão social é o resultado da divisão social de classe pela riqueza gerada no qual é totalmente desigual no sistema capitalista.

Segundo Nozabielli (2008), em 1989, ocorreu o I Simpósio sobre a Assistência Social, constituindo assim num ambiente público, com debates livres para os setores da assistência social, servindo dessa forma, como instrumental para entrar em acordo, discutir as divergências, opinar e estabelecer sugestões para a Lei Orgânica da Assistência Social. Essa regulamentação da assistência social só foi consolidada cinco anos após a CF/88 pela Lei 8.742/93 disposto sobre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Nozabielli (2008, p. 39) reflete ainda que:

Como área de política de Estado, a assistência social coloca-se no campo da dignidade humana, dos direitos humanos, mas, também, na dívida social, das desigualdades socioeconômicas e das contradições e conflitos de classe. (NOZABIELLI, 2008, p. 39)

Sendo assim, Iamamoto (2012) nos chama atenção para a desconstrução das políticas de caráter universais, entrando em cena, a seletividade trazida pelos programas de combate à fome. A partir dos anos 90 os programas de transferência de renda, conhecidos também por programas focalizados atuam mais como uma forma de transformar a pobreza em algo habitual aos olhos da sociedade. Sendo assim, para a exclusão existe um discurso de inclusão para essa população, porém essa inclusão acontece de forma precária, porque não atende de modo amplo as necessidades dos indivíduos.

A exclusão de acordo com a autora apoiada pela reflexão de Yazbek se apresenta à “população sobrando”; segundo estas autoras, a principal característica dessa população é:

a ausência do poder de mando e de decisão, a privação de bens materiais, a desqualificação de suas crenças e modos de expressar-se (...).(IAMAMOTO, 2012, p. 188)

Seguindo ainda o pensamento de lamamoto (2012), a lógica liberal não adota os direitos sociais, mas reconhece a necessidade de dar assistência aos fragilizados. Desta forma, fica a cargo da sociedade civil dar suporte a essa população, por meio de ações de caridade e ajuda.

Para Nozabielli (2008) com o advento da LOAS a assistência social expressa uma mudança essencial em relação à sua concepção, abrangência e gestão. Estruturada por lei a assistência social transita para um novo conceito se tornando direito universal de todos e responsabilidade do Estado, item que abordaremos a seguir.

## **2.2 O Serviço Social e a Política de Assistência Social perante a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS**

Compartilhando da reflexão de Yazbek (2004), podemos perceber no decorrer da trajetória histórica da Política de Assistência Social, suas transformações ocorridas, entre elas, seus avanços, conquistas e desafios.

A assistência social como política, se caracteriza pela intermediação das relações sociais entre o Estado e a sociedade. É através dela que o Estado responde, via direitos sociais, as mais diversas expressões da questão social, resultantes das desigualdades entre as relações do capital e da classe trabalhadora.

Para Vieira (1998) “a cidadania é indispensável”, pois é ela que dispõe dos direitos básicos a vida; os quais formam o Estado de direito democrático; neste, há o controle social frente à administração pública. Segundo este autor, o Estado democrático se caracteriza pelo voto universal e este por sua vez, garante a soberania popular.

Segundo Carvalho *apud* Nozabielli (2008), em meados dos anos 80, eram poucos os que acreditavam que a assistência social seria efetivada como política pública; pois a mesma era considerada como uma prática assistencialista por meio da solidariedade da sociedade civil.

A autora refere ainda que em 1989, no I Simpósio Nacional sobre a Assistência Social, o então deputado Raimundo Bezerra avalia o contexto da Assistência Social em favor da LOAS, no qual salienta que a assistência social no país, não possui seus objetivos determinados e nem há uma lei orgânica que direcione seu funcionamento.

Desta forma, para Couto *apud* Nozabielli (2008) por um longo tempo, a assistência social permanece fora dos debates políticos, devido a sua fragmentação no decorrer de sua história, sem força alguma para ser incluída nos orçamentos públicos, por ser reconhecida como benemerência ou ajuda.

Segundo Sposati (2003) em 1990 inicia uma nova consolidação para a democracia social, na eleição de um novo Congresso que culminará na aprovação de várias leis regulamentadoras: 1989 – Lei 7.853, da Pessoa Portadora de Deficiência; 1990 – Lei 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei 8.080, Lei Orgânica da Saúde; Lei 8.142, Sistema Único de Saúde.

Nos anos 70, na Inglaterra um dos países que conseguiu implantar o Estado de Bem Estar Social, um pouco mais de vinte anos teve suas políticas sociais fragilizadas pelo aumento de pobres, experiência essa iniciada por Margaret Thatcher. Essa corrente também chegou ao Brasil logo após a Constituição Federal de 1988, através do então presidente Fernando Collor de Melo, do qual provocou impedimentos para que as conquistas sociais sofressem avanços, em 1990 ele impede a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). (Sposati, 2003).

De acordo com NOZABIELLI (2008, p. 61) o então Presidente da República Fernando Collor de Mello, vetou a primeira versão que fora aprovado no legislativo, que estava sendo redigida por uma comissão constituída pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), no qual ele afirma “que a proposição não estava vinculada a uma assistência social responsável”. Compreende que o veto do Presidente tinha como explicação, o aumento de dinheiro que o governo teria que disponibilizar para os benefícios legais, onde acabaria com uma administração de favores, teria que aceitar a descentralização político-administrativa, e assim diminuiria o poder do governo federal.

Segundo Nozabielli (2008) Collor inicia seu mandato em 1990, o qual foi encerrado em 1992 devido a mobilizações da população através de um *impeachment*, sendo exonerado do poder devido algumas medidas tomadas em seu

governo no enfrentamento das crises sociais e econômicas. Podendo destacar: interdição das poupanças; reforma do Estado por meio da cassação dos grandes 'marajás'; devido a este contexto, houve o aumento do desemprego, a desvalorização do salário e a desaceleração do mercado financeiro.

Dessa forma, segundo Couto *apud* Nozabielli (2008) assume a presidência o vice-presidente Itamar Franco, para a conclusão do mandato que seria de 1990-1994, o qual tinha como objetivo, conter o déficit público e a inflação. Na área da assistência não foi muito diferente dos demais governos, quase nada foi feito em relação aos direitos que fora estabelecidos na Constituição de 1988.

Segundo Sposati (2003), no ano de 1993 um novo projeto é enviado ao Presidente da República, para a regulamentação da assistência social. Mas o então Presidente não aprovou este projeto com o pretexto de que não se pode aprovar um projeto que já havia sido vetado; deste modo, foi elaborado um terceiro projeto para a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social.

De acordo com a autora, no dia 25 de agosto, o Presidente Itamar Franco envia um projeto de lei para a Câmara Federal, em caráter emergencial; o qual recebe o nº 4.100/93. Sendo assim, o CFESS, a ABEPSS juntamente com o CRESS – na época CFAS e CRAS – se organizaram, formando uma comissão interlocutora, tendo nomes como: Ana Lígia Gomes, Aldaíza Sposati, Carmelita Yazbek, Laura Lemos Duarte e Rosângela Batista representando esses órgãos.

Segundo a autora:

Foi uma luta onde alguns significativos anéis se foram, e que precisavam ser retornados: Um deles foi a redução de alcance do BPC. O vínculo à renda familiar de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita pretendido foi vetado pelo então Ministro da Fazenda FHC. Hoje a retomada da aplicação do benefício a partir dos 65 anos é uma exigência, pois foi truncada por Medida Provisória em 1999. O alcance para os 60 anos definidos pelo Estatuto do Idoso é também um ponto a compor a agenda desta IV Conferência Nacional. (SPOSATI, 2003, p.19)

Finalmente, a LOAS vira Lei em 07 de dezembro de 1993, sobre a Lei nº 8.742. Inicia-se então o processo para o caminho institucional, instala-se o Conselho Nacional de Assistência Social, elegem-se seus membros onde Aspásia Camargo passa pela presidência estabelecida então por Carmelita Yazbek, do qual era vice-presidente no exercício, e pela nova presidente Marlova Jovchelovicht

Noleto que vinha da luta dos municípios gaúchos, a FAMURG, trazendo o forte diálogo sobre a municipalização da política de assistência social. (Sposati, 2003)

Inaugurado novos caminhos, essas grandes definições possibilitaram grandes debates em relação à filantropia, entidade da assistência social e política nacional, onde se tem como centralidade nesse momento o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (Sposati, 2003)

Acompanhando o pensamento de Yazbek (2004), somente com a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS<sup>7</sup>), em 1993 é que a assistência social passa para o campo dos direitos não contributivos; da universalização do acesso a esses direitos, sem distinção de cor, raça ou credo, atendendo quem dela precisar. Guiando-se pelos princípios da: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais; respeito ao cidadão; igualdade de direito no acesso ao atendimento; divulgação ampla dos benefícios, serviços e programas, projetos assistenciais e recursos. Deste modo, a Política de Assistência Social passa a ser de responsabilidade do Estado. Assim, a assistência social passa a ser um “direito de todos e dever do Estado”.

A Lei Orgânica de Assistência Social permitiu uma nova visão à Política de Assistência Social; colocando em tese a prática clientelista, assistencialista e tuteladora, as quais não possibilitam a emancipação de seus usuários, o que acaba segundo Yazbek (2004), caracterizando um de seus principais desafios a ser superado, para que a assistência social passe a ser compreendida como política social pública.

De acordo com Vieira (1998) a Lei Orgânica da Assistência Social, se mostra como um aparato na luta contra a pobreza. Pois, a mesma institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, como por exemplo, em seus artigos 20 e 22; os quais discutem sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais.

O BPC é destinado a pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade; já os Benefícios Eventuais, se caracterizam por atender as

---

<sup>7</sup> Promulgada pela Lei N° 8.742, pelo então Presidente da República, Itamar Franco em 07 de dezembro de 1993, a LOAS trás 42 artigos; nos quais, expressa suas definições, objetivos, diretrizes e princípios.

necessidades temporárias da população, os quais são oferecidos pelos municípios com recursos próprios. Podemos destacar como benefícios eventuais: cestas básicas; auxílio funeral, enxoval e passagem; 2º via de documentos; entre outros. Porém, segundo o autor, a LOAS ainda não possui certa eficácia para solucionar essas e outras demandas encontradas.

Segundo YAZBEK (2004, p.14) com a LOAS, a assistência social passa atender “famílias, idosos, crianças e adolescentes, desempregados, portadores de deficiências (...)” entre outros; trabalhando principalmente, com a prevenção e defesa dos interesses e necessidades desses grupos, que na sua maioria sofrem preconceitos, exclusões e são estigmatizados.

Através do modelo descentralizado possibilitado pela LOAS, é possível pensar em políticas voltadas para as especificidades de cada indivíduo, independentemente de sua faixa etária, gênero, cultura ou etnia; refletindo também as necessidades geográficas de cada município. (Yazbek, 2004)

Conforme a autora, por meio da municipalização há aproximação do governo com o dia-a-dia de sua população. De tal modo, há uma maior capacidade de raciocínio nas ações, possibilitando economia de recursos, gerando uma ação intersetorial e interinstitucional. Uma vez que, segundo Vieira (1998), são os municípios responsáveis por destinar

recursos financeiros, efetuam pagamentos de auxílio natalidade e funeral, executam projetos de enfrentamento da pobreza, atendem às ações assistenciais de emergência, prestam serviços assistenciais. (VIEIRA, 1998, p. 20)

Yazbek (2004) nos chama a atenção para a inovação trazida por esse novo modelo de assistência social; no qual ocorre a integração entre o econômico e o social, deste modo, inova se mais uma vez ao sugerir a participação popular na fiscalização, gestão e cumprimento das políticas de assistência social, via conselhos municipais, conselhos estaduais e conselho nacional de assistência social.

Para Vieira (1998), um dos componentes centrais no controle social do Estado são os conselhos. Pois, é através deles que se esclarece o verdadeiro interesse da população local. O autor reflete que em alguns países do globo terrestre, como por exemplo: Austrália, Canadá, Estados Unidos, entre outros,



existem conselhos que buscam por direitos que atendam as demandas de acordo com as necessidades de sua região; o que não acontece no Brasil, já que aqui, os direitos ocorrem por meio da pressão popular frente ao Estado. Os conselhos criados pela LOAS, segundo Yazbek (2004) representam tanto a sociedade civil quanto o próprio governo, de forma a conter a depravação e os subornos; uma vez que esta prática é muito comum em nosso país. Desta forma, acontecem as conferências de assistência social a cada dois anos, as quais têm por principal objetivo, a avaliação e a indicação novas diretrizes para o aprimoramento da política.

Outro avanço para a Política de Assistência Social que merece destaque é o advento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), item que iremos discutir a seguir.

### **2.3 O Serviço Social perante o Sistema Único de Assistência Social - SUAS**

Seguindo do mesmo pensamento Yazbek *apud* Couto (2012) coloca que a partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistente Social (LOAS), de 1993 sobre o nº 8.742, surge um novo campo para a proteção social da seguridade social e da proteção social pública, passando o Estado a garantir o direito a todos que dela necessitar. A proteção social deve garantir a seus usuários as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio ou convivência familiar.

Couto (2012) expõe ainda que após ser colocado como direito social, vai exigir que a assistência seja pensada como garantia do cidadão sobre o olhar do Estado, e com isso a LOAS inova apresentando uma nova forma para a Assistência Social, onde afirma através de direito não contributivo, sendo o Estado o mantenedor dos direitos de todos, fazendo assim a junção do econômico e o social junto à participação da população.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apesar de todos os avanços advindos com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social foi a última política a compor o tripé da seguridade social, a LOAS só foi promulgada em 1993, unindo-se a Saúde e a Previdência. (MDS).

Por mediação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); levando em consideração a realização das Conferências Nacionais de Assistência Social nos últimos anos,

especialmente, a IV Conferência de 2003, o MDS aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 15 de outubro de 2004, por meio da Resolução nº 145. É a PNAS que dá sustentação para a implantação e consolidação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, a qual ocorre no ano de 2005, através da Norma Operacional Básica do SUAS. (NOB/SUAS), expondo quais são as obrigações de cada órgão federativo.

Torres (2007) relata que após dezesseis anos da Constituição de 1988 e onze anos da LOAS, surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no qual concretiza de fato a Política de Assistência Social no campo do direito social e da cidadania. O autor citado ainda coloca que:

Mais do que isso, o SUAS esta efetivamente materializando as reais condições não apenas para se elevar a assistência social como política publica no âmbito da seguridade social, mas, principalmente, consolidando o caminho mais viável na contemporaneidade para uma reforma do sistema de proteção social brasileiro. (TORRES, 2007, p. 53)

Além disso, o autor acima citado reflete que, dessa forma, ocorre uma “revolução silenciosa” na institucionalização da política de assistência social, de cunho democrático, descentralizado e participativo.

Segundo SUAS/PR (2005), a Política Nacional de Assistência Social/2004 articula com outras políticas em questão à proteção social, no qual visa à garantia dos direitos e de condições de vida digna.

De acordo com SUAS/PR (2005), dentro da proteção social de assistência social, existem ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios oferecidos pelo SUAS, para prevenir alguns danos que possam ocorrer na vida do indivíduo e/ou da família, já que a família é considerada o núcleo de sustentação de toda relação social.

O SUAS tem por bases organizacionais, oito eixos, os quais possibilitam uma normatização em seus serviços permitindo assim, maior qualidade no atendimento da política de assistência social. São eles: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento; contrato social; desafio da participação popular/ cidadão usuário; política de Recursos Humanos; e informação, monitoramento e avaliação. (PNAS/2004)

Couto (2012) coloca que o SUAS está articulado em todo o território brasileiro através de serviços, benefícios e ações da assistência social, sendo permanente ou eventual do qual são exercidos por pessoas de poder público através de critérios universal.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, há duas formas de proteção social, as quais são organizadas através do SUAS; a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção básica se destina na prevenção do risco social, onde são ofertados programas, projetos e benefícios a indivíduos e famílias que estão em situação de vulnerabilidade, já a proteção especial se destina ao indivíduo ou família que já estão em situação de risco social e seus direitos já se encontram violados.

Segundo a PNAS a proteção social básica, é executada no Centro de Referência de Assistências Social (CRAS); o CRAS representa a “porta de entrada do SUAS”, do qual faz se necessário uma atenção para a territorialização de cada município. Sua localização deve ocorrer em regiões com maior incidência a vulnerabilização da população, sendo assim, poderá contribuir melhor para o atendimento a seus usuários.

O trabalho do CRAS é direcionado as famílias e a indivíduos dentro do contexto comunitário, principalmente através do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF); uma vez que a instituição família é o grande foco das políticas sociais, pois é por meio dela que os valores e bons costumes são passados, o que proporciona um melhor convívio do indivíduo em sociedade. (PNAS/2004)

Frente a esse trabalho, o CRAS deve proporcionar a seus usuários informações e orientações sobre seu papel de abrangência, também deve se articular com a rede de proteção social local, como também manter contato com outros locais.

Desta forma, podemos destacar aqui alguns, serviços, programas e projetos ofertados nessa unidade: Programa da Transferência de Renda (Bolsa Família); Benefícios de Prestação Continuada (BPC); Programa de Apoio e Integração à Família (PAIF); Benefícios Eventuais como: auxílio alimentação (cesta básica) e auxílio funeral; Visitas Domiciliares; Atendimento Psicossocial; entre outros. (Couto, 2012)

Seguindo o raciocínio de Couto (2012) sobre a proteção social especial, a autora acentua que além de seus direitos violados, o indivíduo possa

estar tanto com seus vínculos familiares, como comunitários rompidos, e que a proteção social especial pode ser dividida em media e alta complexidade sendo que:

De media complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. De alta complexidade: são aqueles que “garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referências, e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário”. (PNAS/2004 *apud* COUTO, 2012, p. 64)

A proteção social especial como citado a cima, ocorre no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que atende indivíduos e/ou famílias que já tiveram seus direitos violados, dividindo-se em media e alta complexidade. Sendo assim, destacaremos alguns serviços e ações desenvolvidas nessa unidade: Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual a Criança e Adolescentes; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Combate a Violência aos Idosos; Prestação de Serviços à Comunidade-Liberdade Assistida (PSC/LA); entre outros. Dessa forma nos dois centros de proteção social tem como foco de atenção, a família. (Couto, 2012)

Segundo a PNAS/2004, a segurança de rendimento se caracteriza por um valor passado principalmente a pessoas com deficiência, pessoas idosas, desempregadas, entre outros; é garantia monetária para que essa população possa garantir a sua sobrevivência. A segurança de acolhida ampara, sobretudo as necessidades mais básicas do ser humano, como: o direito a alimentação, vestimenta e um lar. Há outras situações que podem ser incluídas nesse item como, por exemplo: violência familiar ou social; em situação de uso de drogas ou álcool. Já a segurança de convívio ou convivência familiar defende a perda das relações do indivíduo com seu meio familiar ou comunitário. A PNAS se conduz por meio de princípios, objetivos e diretrizes.

Por princípios, temos:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas sociais;

- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Por objetivos, a política de assistência social desempenha o papel de garantir os mínimos sociais através de:

- I. Serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;
- III. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Logo, a coordenação da assistência social se dá por meio das seguintes diretrizes:

- I. Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantido o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócio territoriais locais;

- II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera do governo;
- IV. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

A Política Nacional de Assistência Social propõe a divisão dos municípios em: pequeno, médio e grande porte, de acordo com o número da população, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Também é levado em conta, informações do Sistema Nacional de Informações de Assistência Social. Essa medida foi tomada com o intuito de realizar um melhor trabalho frente às necessidades da população. (PNAS/2004).

Deste modo, podemos caracterizar municípios de pequeno porte 01 cujo aqueles com população em torno de 20.000 habitantes; municípios de pequeno porte 02, cujo número da população varia de 20.001 a 50.000 habitantes; municípios de médio porte entende-se municípios com o número de população em torno de 50.001 a 100.000 habitantes; os municípios de grande porte são aqueles em que o número de habitantes é de 101.000 a 900.00; já as metrópoles caracterizam municípios com mais de 900.00 habitantes.

De acordo com a Resolução nº 13 de junho de 2013, os municípios de pequeno e médio porte devem conter pelo menos uma unidade CRAS e um CREAS, sendo sua equipe formada por pelos menos: um profissional assistente social, psicólogo e um coordenador, todos com nível superior; para a unidade CREAS acrescenta-se em sua equipe um advogado. Já para os municípios de grande porte metrópoles, devem possuir um número de CRAS referente à sua população; a equipe nesse caso e formada por dois assistentes sociais, dois psicólogos, um advogado e um coordenador exclusivo, todos com nível superior.

Couto (2012) coloca que não tem sido uma tarefa fácil para a assistente social, apesar de seus avanços e conquista principalmente após a aprovação da PNAS em 2004 e do SUAS em 2005, pelo enfrentamento das conjunturas adversas, onde os responsáveis públicos ainda na maioria são

resistentes a essa ruptura no que diz respeito ao direito, pois ainda carrega com sigo uma visão Neoliberalista.

Braga (2011) reafirma também sobre os avanços da assistência social e expõe que o SUAS é importante e coloca uma agenda notável e necessária para consolidação dos serviços sócio assistenciais.

O SUAS trouxe para a política de assistência social uma inovação, revelando assim um novo momento no qual sua operacionalização central, é guiada por diretrizes nacionais com formas e exigências tanto para os municípios quanto para os Estados, com um padrão nacional de forma única que orienta e direciona as gestões em relação aos serviços prestados a população. Entretanto, não basta apenas ter essas diretrizes, elas precisam ser materializadas, ainda existe uma distância em meio à proposta pensada e a proposta estabelecida, na execução em relação aos municípios, sendo que em muitas das propostas existe uma falta de crítica ou até mesmo pela realidade do país. (Braga, 2011)

Couto (2012) enfatiza ainda que nessa nova forma de trabalho, faz-se necessário uma ampliação no quadro de funcionários com estabilidade e formação qualificada, sendo esses inseridos através de concurso público.

Nesses termos, a NOB-RH/SUAS 2006 representou um esforço político significativo de pactuação federativa nos espaços intergestores estaduais e federal, consideradas as resistências e dificultadas políticas que tiveram que ser aparadas para viabilizar sua aprovação. Nesse sentido, pode – se afirmar que a NOB-RH não é a definição ideal e acabada frente às necessidades de recursos humanos para o funcionamento adequado do SUAS, mas é resultado do *viável histórico*, dentro da correlação de forças políticas que participaram do processo de negociação. (COUTO, 2012, p. 80)

BRAGA (2011, p.145) coloca que o profissional que atua na política de assistência social ainda encontra muita dificuldade em sua atuação, por conta de alguns municípios ainda permanecerem com uma visão clientelista, resistindo na implementação do direito do cidadão o qual “entende que o direito à informação não interessam ao coletivo da sociedade”, permanecendo ao conservadorismo, sendo assim esse novo sistema rompeu com a ideologia dentro da concepção, mas para que essa perspectiva seja concretizada é preciso ser materializado de fato.

De acordo SUAS/PR (2005), existe um paradigma que precisa ser rompido dentro da proteção social em relação à universalização do direito, que

supostamente é entendido como usuários dessa proteção apenas aquele cidadão carente, pobre, tirando assim o reconhecimento de cidadãos de direito todos aqueles que dela necessitar indiferente de sua condição socioeconômico.

Conforme Couto (2012), sendo um setor intenso onde a assistência social se utiliza do trabalho humano, dessa forma representa assim, obstáculos para condições apropriadas de trabalho e de sua gestão cotidiana. Conforme a NOB-RH em relação aos profissionais do CRAS e CREAS, envolvem vários profissionais de várias áreas com atribuições e competências distintas, tratando assim de um processo complexo devido às organizações e lutas em toda sua história para seu exercício profissional.

A autora reflete ainda que, deve ser considerado sua visão de trabalho coletivo dentro do SUAS, onde se orienta em seu projeto ético-político através das contribuições advindas por outros profissionais onde o serviço social assumi seu papel quando elabora subsídios teóricos, técnicos e políticos que respaldam os avanços da assistências social no país.



## CAPÍTULO III. A INSTRUMENTALIDADE, OS INSTRUMENTAIS E AS TÉCNICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

### 3.1 A prática profissional e instrumentalidade no Serviço Social

Gentilli *apud* Baptista (2009) afirmam que o assistente social está frente ao processo de inclusão dos indivíduos afastados dos mais diversos direitos sociais. Sendo assim, o assistente social enquanto profissional enfrentará as mais distintas sequelas da questão social.

Conforme Iamamoto (2009) o assistente social é dono de sua força de trabalho, mas só pode ser transformada em atividade quando essa for aliada aos meios que lhe dão materialização para sua concretização, do qual muitas vezes se encontram monopolizados por seus empregadores, através de recursos financeiros ou não, como programas, projetos e atendimentos, junto às políticas institucionais.

Segundo BAPTISTA (2009, p.13) “a prática social é uma categoria teórica” através da qual obtemos tanto o conhecimento quanto o esclarecimento de como é constituído o ser social e como o mesmo se expressa.

De acordo com Gramsci *apud* Baptista (2009), essa prática social é a *práxis*; para ele a *práxis* é resultante da relação entre o ser humano e a matéria. Para Vázquez *apud* BAPTISTA (2009, p. 14) “a *práxis* é a atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano”.

Seguindo esta reflexão, a autora expõe que as ações profissionais são influenciadas tanto pelos contextos: econômico, cultural e político, quanto teórico-científico, o que provoca mudanças nas ações profissionais, seguindo o que se decorre em cada uma dessas conjunturas sociais.

O que chamamos hoje de serviço social é resultado presente e sempre provisório do processo histórico, intelectual e socioinstitucional, de legitimação de uma construção social muito particular da realidade: a institucionalização de uma profissão para cumprir funções determinadas na divisão social do trabalho na sociedade. Suas transformações vão ocorrendo à medida que essa profissão se instrumentaliza para oferecer respostas aos desafios que lhe são colocados pelo movimento das conjunturas das estruturas das relações sociais. (BAPTISTA, 2009, p. 19)

Conforme a autora, somente com a aproximação do Serviço Social com a teoria marxista possibilitou aos profissionais de Serviço Social fazerem uma análise profunda da prática profissional; desvendando todas as especificidades do agir profissional, o qual passa a ter uma visão analítica da realidade de seus usuários.

Seguindo ainda a discussão de Baptista (2009), os estudos de Berger e Luckmann apontam existir um esquema que controla a prática e estabelece modelos de procedimento, os quais estabelecem também os papéis e as atitudes de cada um; esse processo acaba por determinar rotinas naturais e certas. Desta forma conforme a autora, a prática profissional é esclarecida e justificada, tornando-a legítima. A qual passa a guiar-se por meio de leis de regulamentação da profissão, currículos, código de ética, normas instituídas por órgãos que representam a classe, entre outras medidas.

Baptista (2009) afirma que assim como as demais profissões, o Serviço Social também vai se renovando e refazendo suas “práticas” conforme o conjunto histórico que se vive, sendo possível desenvolver novos conhecimentos frente a esta questão.

Nessa mesma linha de raciocínio segue Iamamoto (2009) quando declara que o assistente social é contratado como parte do coletivo dos trabalhadores na complementação das ações institucionais, podendo ter um resultado final como um trabalho combinado ou cooperativo, assumindo assim um perfil diferenciado em seus vários espaços ocupacionais, ou também por conta das múltiplas expressões da questão social, expressadas na vida das pessoas com o qual trabalha, e isso vai depender das políticas definidas por seus empregadores onde estabelecem as demandas e prioridades que serão atendidas.

Seguindo desse pensamento, Guerra (2010) afirma também que:

No que tange ao Serviço Social, enquanto “um tipo de especialização do trabalho coletivo”, sua inserção no mercado de trabalho aparece intermediada por um contrato de compra e venda da sua força de trabalho, o qual vincula os profissionais às organizações sociais públicas ou privadas. (GUERRA, 2010, p. 155)

Nesse contexto de acordo com Battini (2009), o profissional deve ter o domínio das dimensões: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo. Pois são essas diretrizes que irão possibilitar ao profissional, identificar qual a

relação que o indivíduo possui na sociedade; essa identificação permitirá ao assistente social, desenvolver uma intervenção que responda todas as necessidades desse cidadão.

Embasado na análise de lamamoto, Sousa (2008) nos apresenta as três dimensões da profissão de Serviço Social: ético-político: nessa dimensão o profissional deve tomar um posicionamento político diante da realidade social, levando em consideração os princípios<sup>8</sup> estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social; teórico-metodológico: o assistente social deve ser qualificado para avaliar a realidade na qual atua; técnico-operativo: consente ao profissional além de avaliar e apropriar, desenvolver outras habilidades técnicas, o que permite ao assistente social, criar ações voltadas às necessidades da população usuária.

Segundo Baptista (2009) podemos destacar dois momentos para a prática profissional. No primeiro momento essa prática esta vinculada às relações concretas de cada sociedade; logo, o segundo momento, abrange o trabalho profissional inserido aos processos de trabalho. Ou seja, como já descremos aqui, o assistente social assim como os demais trabalhadores que vivem na sociedade capitalista, fazem parte da classe assalariada, de tal modo que sua intervenção se dá na relação capital-trabalho; o que acaba por tornar a prática profissional do assistente social, complexa.

Dessa forma, pode ser observada conforme lamamoto (2009), a interferência do empregador no trabalho do assistente social em relação à sua autonomia integral. Sendo assim os componentes que envolvem a realização de seu trabalho seja qual for sua natureza, meios, objetos, também estão relacionados ao trabalho do assistente social sobre condições determinadas.

E para que o assistente social consiga essa autonomia, segundo lamamoto (2009) faz-se necessário um respaldo como um todo da categoria profissional para definir o perfil da profissão. E ainda mais para essa autonomia, nos espaços ocupacionais o profissional tem em seu favorecimento a sua qualificação acadêmica que o regulamenta em suas funções e suas competências junto a uma articulação com outros profissionais para uma atuação conjunta, além das políticas representativas pelos trabalhadores. Tanto o conhecimento quanto a prática

---

<sup>8</sup> O Código de Ética do Assistente Social é formado por 11 princípios; são eles: liberdade; direitos humanos; cidadania; democracia; equidade e justiça social; combate ao preconceito; pluralismo; construção de uma nova ordem social; articulação com movimentos de trabalhadores; qualidade de serviços prestados e combate a toda espécie de discriminação.

profissionais estão vinculadas as “concepções de mundo”. Seguindo esse raciocínio, BAPTISTA (2009, p. 29) afirma que “a teoria é a chave explicativa”, a qual admite ao profissional estabelecer e planejar como será a análise de caso e quais serão os instrumentais empregados no diálogo com a realidade posta.

Guerra (2010) coloca que a prática profissional do assistente social está relacionada à intervenção da realidade, por conta disso desenvolvem formas singulares para se relacionarem incorporando teorias explicativas, vinculando a esses procedimentos adotados o profissional poderá se pautar nas interpretações do mundo do qual participa. Ou ainda:

as práticas profissionais necessitam de um conjunto de saberes informados por teorias e colaboram na reprodução de modos de vida, histórica e culturalmente aceitos. Não obstante, possuem modos de ser e de atuar específicos, instrumentos técnico-operativos peculiares, os quais, em última instância, encontra-se referidos às funções sociais que lhe são atribuídas. (GUERRA, 2010, p. 203)

Battini (2009) reflete sob a necessidade do profissional “criar” novas práticas na medida em que novas demandas passam a existir com as mudanças ocorrentes na sociedade. Essa nova prática surge de acordo com ela, a partir da superação das antigas necessidades. Desta forma, no exercício profissional, a investigação assume um caráter instrumental, a qual se torna eficiente na ação profissional. Conforme a autora, a prática embasada na ação investigativa dá ao assistente social um pensar e agir mais amplo, pois é por meio da investigação que ele estudará todos os pressupostos, chegando a uma conclusão a respeito da realidade estudada, ultrapassando todos os limites impostos.

Deste modo, segundo Battini (2009) se o assistente social possuir um bom embasamento teórico-metodológico (conhecimento) isso facilitará sua prática, uma vez que, teoria e prática no Serviço Social caminham juntas. Sendo assim

o assistente social poderá produzir condições para criar conceitos novos e renovar as concepções do agir. A prática profissional passa a ser uma prática de apreensão e construção do modo de ser e de se constituir do serviço social e, simultaneamente, da realidade na qual ele se insere enquanto uma de suas significativas forças em presença. (BATTINI, 2009, p. 75)

Segundo BATTINI (2009, p. 54), estudos demonstram importantes avanços no processo de trabalho do assistente social; uma vez que os espaços

sócio ocupacionais desse trabalhador vêm exigindo cada vez mais profissionais adequados as transformações ocorridas na sociedade. Apesar desses avanços, a autora nos chama a atenção para o fato de haver uma ampla dificuldade para os assistentes sociais, desenvolverem tanto a pesquisa como a investigação em seu cotidiano profissional, uma vez que, é a investigação que “aguça o espírito da descoberta, tornando-se condição para a ultrapassagem do aparente, evidenciando a essência dos fenômenos nos seus nexos e conexões”.

Guerra (2009) destaca alguns desafios na realização da prática profissional, são eles: a redução da participação do Estado; o corte de verba das políticas sociais e o caráter privatista e assistencialista das mesmas; estas por sua vez têm como características, intervenções de cunho imediato, focalista, burocrática, entre outras. Desta forma, segundo a autora, o profissional terá que encontrar meios para alcançar sua intervenção permitindo o acesso da população aos serviços sociais; estabelecendo seus limites, objetivos, técnicas e objetos.

Assim GUERRA (2009, p. 86) refere que para que o profissional alcance seu objetivo, dentro da investigação, ele deve ir além das situações expostas, reconhecendo todas as contestações “como movimento pelo qual a realidade social se constitui”, ou seja, questionando todas as possibilidades. A autora aponta também, um aspecto positivo para a prática profissional, nos últimos anos os conhecimentos adquiridos estão cada vez mais próximos da realidade social. Guerra (2009) reflete sobre a prática ser a base para a construção de conhecimento, uma vez que

a prática é muito mais do que uma atividade, e a mera relação entre teoria e prática não se dá de imediato tanto no sentido temporal (...) quanto no que se refere às mediações fundamentais que se interpõem entre elas. (GUERRA, 2009, p. 95/96)

Desta forma, de acordo com a autora, o processo para construção do conhecimento, percorre primeiramente através do sentido, da intuição atingindo a razão crítico-dialético; se não houver esse resultado, segundo a autora, a realidade se mostrara obscura e mistificada. (Guerra, 2009)

De acordo com SOUSA (2008, p. 122), o conhecimento produzido pelo profissional sobre a realidade vivida torna-se “seu principal instrumento de trabalho, pois esse conhecimento lhe permite ter a real dimensão das diversas possibilidades de intervenção possibilidades de intervenção profissional”

A instrumentalidade e os instrumentais do Serviço Social de acordo com Guerra (2010) foram desenvolvidos durante o processo de implantação do Serviço Social como profissão, uma vez que os profissionais sentiram a necessidade de ter um arcabouço de teórico/prático, possibilitando também ao profissional uma visão crítica. Definindo assim, as intenções e quais seriam os meios pelos quais os profissionais passariam a operar sua ação; atendendo suas necessidades enquanto profissional interventor.

Compreende-se que é a instrumentalidade que sustenta a legitimação ao Serviço Social, pois é ela que materializa a natureza enquanto profissão, articulando suas ações para a análise e a percepção dos fatos. Ou seja, é através da instrumentalidade que o profissional chega a uma ação interventiva racional. (Guerra, 2010)

Nesta mesma linha, segue Sousa (2008) que salienta:

o instrumental é o resultado da capacidade criativa e da compreensão da realidade social, para que alguma intervenção possa ser realizada com um mínimo de eficácia, responsabilidade e competência profissional. (SOUSA, 2008. p. 131)

Como vimos à instrumentalidade no processo da prática profissional do assistente social é muito importante, assim como os instrumentais utilizados no cotidiano deste profissional em seus espaços sócio ocupacionais. No próximo tópico, iremos expor e discutir, os principais instrumentais utilizados pelos assistentes sociais.

### **3.2 Os instrumentais e técnicas no Serviço Social**

Segundo Mito (2009) o Serviço Social brasileiro teve um amplo desenvolvimento em relação aos estudos socioeconômicos na época em que a profissão se consolida, onde apropriado do padrão conceitual do Serviço Social americano, em particular do Método do Serviço Social de Caso. Esse método objetivava ajustar os indivíduos em seu meio, com o intuito de auxiliá-los juntamente com toda a sociedade. Quando um auxílio era solicitado por um “cliente”, primeiramente era realizado um estudo de caso para que depois fosse feito um diagnóstico e em seguida o seu tratamento.

Cardoso (2008) afirma também que os

Modelos europeus foram adotados e o Serviço Social se organiza e se estrutura como estratégia do capitalismo com o objetivo de exercer controle sobre as famílias do operariado brasileiro. Suas práticas e instrumentalidade ficam, assim, a serviço da identificação de “famílias desestruturadas” e “comportamentos indisciplinados”. Nesta fase, o Serviço Social individualiza excessivamente sua prática, através de coletas minuciosas de dados, e enfatiza o aconselhamento e a orientação como estratégia. (CARDOSO, 2008. p. 15/16)

Em relação ao estudo social de caso no Serviço Social segundo alguns autores, se revela como uma perspectiva positivista/funcionalista, do qual partia do pressuposto de que a desigualdade social era dita como um “fato natural”. Dessa forma, de acordo com Mito (2009) as relações sociais dos indivíduos eram compreendidas como suas responsabilidades, contudo buscava solucionar seus problemas nas questões de sua personalidade e na sua adaptação. A autora afirma ainda que, certos acessos adquiridos como auxílios e serviços dentro das instituições vinculavam-se muito mais a julgamentos morais e os modos de vida do indivíduo por parte dos assistentes sociais do que suas condições materiais de vida, e mais ainda, o auxílio público só aconteceria e de forma temporária se todos os recursos e possibilidades do indivíduo de se manter fossem esgotados.

Diante desta expectativa, Mito (2009) destaca que os assistentes sociais aperfeiçoaram suas técnicas e instrumentos, sendo eles: a visita domiciliar, a entrevista e a observação; técnicas essas que foram direcionadas para averiguação dos modos de vida dos indivíduos. Por conta disso, houve um processo de burocratização dentro das instituições em relação aos procedimentos para conduzir os estudos socioeconômicos, enraizando assim no seu interior essas bases de compreensão. Em contrapartida segundo a autora, outra lógica estava sendo concebida para a realização desses estudos, que ocorre a partir do momento em que os profissionais de Serviço Social se embasam na teoria de Marx, para debater a profissão.

Essa visão trouxe um avanço para o debate teórico-metodológico, quanto ao projeto ético-político da profissão, que a partir desta nova perspectiva e compromisso com este projeto, e também com os trabalhadores; os estudos socioeconômicos se configuram pautados em dois fundamentos. Onde o primeiro, de acordo com Mito (2009) está ajustado na interpretação dos assistentes sociais em relação às demandas postas pelos indivíduos, demandas essas que não serão

mais compreendidas como dificuldade individual, pelo contrário serão observadas como necessidades básicas do ser humano devido às desigualdades do sistema capitalista. Dessa forma, o assistente social terá como objeto de trabalho as expressões da questão social, sendo assim, este fundamento passa a recusar o pensamento de competência ou incompetência por parte dos indivíduos. O segundo conforme a autora redimensiona a perspectiva crítico-dialético, exigido na ação do profissional em relação a sua direção e alcance. Ao colocar que os problemas dos sujeitos em sua singularidade só serão solucionados a partir da produção e reprodução das relações sociais vai exigir “que a ação profissional seja pensada em sua teologia” (MIOTO, 2009, p. 484). Que para além de sua ação eficiente e instrumentalizada, incorpore o compromisso ético junto à transformação social.

Segundo Pires (2007), os instrumentais técnicos surgem no Serviço Social na década de 70, após o Movimento de Reconceituação. Segundo a autora, esse aparecimento tardio, deve-se as perspectivas descritas por Netto neste contexto da profissão; as quais apresentaram em seus desenvolvimentos, proporções e direções distintas, atrapalhando assim a utilização dos instrumentais pelos assistentes sociais.

Sousa (2008) enfatiza que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, crítica arduamente essa divisão e proporciona um aprofundamento teórico-metodológico através da teoria marxiana, do qual permitiu à profissão romper sua atitude meramente executiva, conquistando novas colocações e atribuições dentro do mercado de trabalho, principalmente em relação ao planejamento e a administração das políticas sociais.

Sendo assim, conforme o autor, na esfera profissional foi superada essa dicotomia, que trouxe uma conquista expressa no Art. 4º, Inciso II da Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 8.662 de 07/06/1993), esse artigo trás quais são as competências do Assistente Social: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

De acordo com Pires (2007), os instrumentais da profissão, são “adoções” de técnicas e instrumentais de outras disciplinas, como: sociologia, psicologia, medicina e direito; ou seja, no desenvolvimento do Serviço Social como profissão, ele tenha adotado tanto técnicas como instrumentos, por exemplo, visitas domiciliar, entrevistas, entre outras de outras profissões.



Define-se por instrumental o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa ideia, o instrumento é estratégia ou tática por meio da qual se realiza a ação; a técnica é a habilidade no uso do instrumento. (MARTINELLI & KOUMROUYAN *apud* SOUSA, 2008, p. 125)

Pires (2007) em sua análise expõem que as discussões realizadas nos Seminários de Araxá e Teresópolis foram de suma importância para a implementação dos instrumentais no cotidiano profissional, uma vez que se sentiu a necessidade pela categoria de instrumentalizar os colegas de profissão para conhecer a realidade.

Sousa (2008) discorre embasado pelas reflexões de Magalhães e Yamamoto, que o principal instrumental utilizado pelos assistentes sociais, como também nas demais profissões, é a linguagem. De acordo, com estes autores, é através da linguagem que é possível ter a comunicação entre o profissional e seu usuário. Magalhães (2006) enfatiza que quando o profissional usa o instrumental da linguagem em seu trabalho ele precisa ter um conhecimento não só das particularidades do “contexto social da classe ou do grupo”, como também os significados expressos por essa linguagem em seu contexto. Isso não significa que o profissional precisa se utilizar de uma linguagem difícil de ser entendida, mas também não pode se empregar da linguagem do usuário tomando por um caminho inverso. Magalhães (2006) esclarece ainda que:

Obviamente, o profissional deve “traduzir” o significado de algumas palavras, especialmente nos linguajares ou nas gírias da língua, os quais identificam o grupo social ou de referência no qual o usuário está inserido. Todas as linguagens fazem parte do processo comunicativo e dão indícios importantes para o profissional. No entanto, não são justificativa para que essa linguagem passe a fazer parte do seu cotidiano de comunicação. (MAGALHÃES, 2006, p. 27)

Cabe ao profissional, segundo a autora, esclarecer dúvidas que seu usuário venha ter em relação à compreensão, visto que na linguagem não há uma comunicação certa ou errada e, sim exemplos de linguagem em cada contexto sociocultural específico. Ao profissional não cabe à crítica, mas a compreensão para captar informações importantes para a avaliação. Tratar o usuário bem, não significa ser “amigo”, mas sim uma relação de respeito à pessoa que chega à instituição que deseja ser atendida pelo profissional. (Magalhães, 2006)

Assim, nesse trabalho não iremos extenuar todas as particularidade de

utilização de instrumentos de trabalho, pois seria impossível, já que cada um possui peculiaridades diversas em suas distinções. O que iremos abordar será um breve levantamento teórico dos principais instrumentais, consecutivamente utilizados pelos profissionais de Serviço Social no cotidiano de sua prática. Onde podemos destacar aqui como os principais instrumentais de comunicação oral, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, observação, livro de registros, diário de campo, relatórios, estudos sociais, laudos, perícias, pareceres. De acordo com BARROCO e TERRA (2012), durante os atendimentos, os usuários confidenciam relatos, assim sendo todos os materiais, frutos dos atendimentos realizados pelo assistente social estão resguardados pela lei<sup>9</sup>.

Podemos destacar como instrumentos que auxiliam os assistentes sociais em seus espaços de trabalho, o livro de registro e o diário de campo. Segundo Sousa (2008) no livro de registro, são registradas todas as atividades desenvolvidas pela equipe da instituição; toda a equipe tem acesso a este documento. Já o diário de campo, o profissional faz anotações e reflexões de todos os seus atendimentos realizados; e é de uso exclusivo do assistente social.

Conforme Sousa (2008), com as anotações/reflexões do diário de campo, o profissional pode perceber se houve ou não, avanços e/ou retrocessos, ou também melhorias na prestação de serviços; auxiliando assim, uma análise institucional. Tanto o diário de campo como o livro de registro, pode colaborar também, na realização de futuras pesquisas, pelo fato de conterem, por exemplo, o número de atendimentos realizados, encaminhamentos, entre outros.

Outro instrumento é a entrevista. MAGALHÃES (2006, p. 48) expõe que a entrevista é um instrumental que dá um norte para os profissionais em seu trabalho nas mais variáveis instituições. “A entrevista implica relacionamento profissional em todos os sentidos”, sendo assim, faz-se necessário que o profissional tenha uma postura compromissada, que seja delicado quando estiver com o usuário sabendo ouvir, compreender e principalmente vê-lo como sujeito de direito. A autora acima citada coloca ainda que para ser um bom entrevistador é necessário que o profissional saiba ouvir mais e falar menos, e quando perceber que a entrevista estiver fugindo do seu contexto, ele retome para o eixo da entrevista. O usuário

---

<sup>9</sup>No Artigo 5º da Constituição Federal, a qual trás em seu inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. (BARROCO e TERRA, 2012, p. 145)

deve ser salvo de críticas e conselhos e suas reflexões devem ser estimulados, também deve ser observada em particularidades a forma da linguagem já que ela pode fornecer grandes informações para uma avaliação, expressadas muitas vezes através do tom de voz, olhares e gestos.

Cardoso (2008) ressalta ainda que

Num processo de Entrevista Social, é necessário apurar a escuta, desenvolver interesse em saber o que o outro realmente está dizendo e seus interesses. Desenvolver uma atenção articulada com o processo de Observação Sensível. [...] Lidar com gente, com a dura realidade que enfrentam em seu cotidiano, ser capaz de ouvir, acolher, analisar e engajar em processos políticos de ação social, a Entrevista Social desvela o ser político em ação, não tem como escapar desta verdade. (CARDOSO, 2008, p. 39/40)

Segundo Sousa (2008) a entrevista antes de qualquer coisa, é um diálogo entre o assistente social e o usuário, mas por existir o entrevistado e o entrevistador faz com a entrevista se diferencie do diálogo, essa pode ser individual ou em grupo, sendo assim o assistente social se diferencia do usuário quando ocupa o papel do entrevistador.

Conforme (SOUSA, 2008), por ser um observador que participa, o assistente social pode dar opiniões, emitir valores, o que faz com que a partir de seus conhecimentos, a entrevista seja mais do que apenas uma conversa, o que vai exigir que o profissional tenha um grande conhecimento teórico-metodológico para um planejamento sério dessa entrevista na busca do alcance de seus objetivos.

Mioto (2009) enfatiza que é necessário que o assistente social tenha capacidade técnica para uma entrevista, e que ela pode ser feita de forma estruturada, aonde o entrevistador vai para a entrevista com seu questionário pronto pergunta e resposta sem alterações, também pode ser feita de forma não estruturada o que proporciona um diálogo aberto onde o processo das informações acontece conforme os temas que irão sendo encadeados; e enfim a semi-estruturada que pode ser feita das duas formas como roteiro pronto ou também como diálogos aberto. Esta ultima, tem sido a mais usada por permiti o melhor alcance dos dados devido sua dinâmica.

Cardoso (2008) coloca que de fato a entrevista se torna uma ciência perante a uma observação sensível, o qual irá permitir que o profissional capite em determinadas situações algo que não será dito com palavras, mas com gestos e

formas, o qual será capturado pelo profissional através dessa observação. Contudo a entrevista é um instrumental muito influente e precisa ser usado adequadamente para que não seja utilizado de forma errônea.

Outro instrumental também muito utilizado pelos profissionais de Serviço Social através da entrevista é a visita domiciliar. Conforme Miotto (2009) esta se caracteriza pelo objetivo de analisar as condições sociais de vida dos usuários em seu espaço de vivência, como por exemplo, residência, bairro, convívio entre outros, o que isso não seria possível, por exemplo, em uma entrevista feita na instituição. Além da entrevista feita em uma visita domiciliar, a observação e os documentos originados também são de extrema relevância para o conhecimento da realidade posta. Esses instrumentais são criados e recriados pelo profissional em sua ação de trabalho conforme as exigências e seu objetivo, nesse contexto a observação é um instrumental importantíssimo para fornecer dados e indícios da realidade social.

Conforme Cardoso (2008), o assistente social precisa ter muito cuidado quando for fazer uma visita domiciliar, em sua ação profissional a observação tem que estar livre de preconceitos, atender com o máximo de respeito e o sigilo é muito importante em todos os casos, mesmo se o atendimento for multidisciplinar, esse sigilo faz parte da ética do profissional.

A autora acima citada coloca ainda que:

A observação sensível tem a qualidade de nos alertar para o sensível no relacionamento com os usuários. Imagine pressionar uma pessoa com perguntas e indagações burocráticas, num momento em que ocorrem de lembranças dolorosas ou felizes. O que pode ocorrer se você ignora esta possibilidade e mantém seu interesse de entrevistar ou dialogar, quando visivelmente o outro, não está disponível. (CARDOSO, 2008. p. 24)

Segundo Cardoso (2008), o profissional não pode fazer uma visita fiscalizadora, mas sim investigativa da forma de investigar sua realidade social, do qual foi afetada pelas condições sociais que acarretam na sua qualidade de vida e ao acesso a seus direitos. O que faz com que nessa sua intervenção o profissional resgate os direitos do indivíduo, onde proporciona a inclusão e estímulos a sua autonomia, e emancipação. A autora acentua ainda, que em seu início o Serviço Social no Brasil se utilizava da visita domiciliar como instrumental de monitoramento do comportamento das famílias, sobretudo em serviço ao capitalismo de forma a

disciplinarem os operários a se tornarem semelhantes à burguesia, esse trabalho visava manter a harmonia familiar. Devido a essa visão, segundo Cardoso (2008) quando um assistente social chega à casa de um usuário para fazer uma visita ele fica apreensivo, com medo da avaliação que o profissional irá fazer em relação à situação de sua casa, por isso muitas vezes hesitam essa visita, com medo de serem injustiçados. Contudo, conforme a autora

De fato, não é este o propósito do profissional de Serviço Social quando se dispõe a realizar uma Visita domiciliar. A ideia policial, não traduz o espírito e os compromissos éticos deste profissional. Nosso contato com os usuários em seu espaço de vida se relaciona diretamente, com o conhecimento daquela realidade social que o envolve e das perspectivas de superação e de acesso à inclusão social. (CARDOSO, 2008, p. 60)

Segundo Cardoso (2008) muitos profissionais de outras áreas se despontam com os registros feitos pelos assistentes sociais, e indagam para que e por que registrar tanto. Mas alguns profissionais de Serviço Social caminham para o fim dessa prática quando fazem atendimentos e encaminhamentos apenas através de conversas sem nenhum documento registrado, o que pode ser por conta de não querer se comprometer caso haja cobranças futuras ou até mesmo por falta de exigência. De acordo Sousa (2008) é através da visita domiciliar que há aproximação entre a instituição atendente e o usuário, sendo assim, segundo o autor as condições para que seja realizada a visita, como por exemplo, o transporte deve ser garantida pela instituição. O autor destaca a visita institucional que tem por intuito conhecer e avaliar instituições, como ONGs, entidades públicas ou empresas, que prestam serviços a população. Sousa (2008) reflete que para a realização deste instrumental, o assistente social deve ter um vasto conhecimento a respeito das políticas sociais.

Entre esses instrumentais destacados não podemos deixar de falar sobre o laudo; segundo Magalhães (2006) existe uma dificuldade em diferenciá-lo com o relatório devido suas similaridades. Segundo Fávero (2010) os relatórios tem por objetivo de notificar, esclarecer e auxiliar o profissional, para que o mesmo possa refletir na qualidade da aplicação dos demais instrumentais. Cardoso (2008) reafirma a colocação de Fávero (2010) dizendo que:

De fato, o Relatório Social é um instrumento que reflete a qualidade da aplicação dos outros instrumentais. Se você fez bem uma Entrevista Social, mas não documenta, ou documenta sem qualidade, fique certo que isto vai refletir nos efeitos de sua Intervenção Social e até no acesso por parte dos usuários aos direitos sociais. Não tenha dúvidas que o mesmo ocorre com qualquer outro movimento na vida profissional. Se não documenta devidamente o que fez, pode literalmente cair no esquecimento ou ser excluído como Intervenção Social. (CARDOSO, 2088. p. 78)

De acordo com Fávero (2010), os relatórios também podem ser utilizados no desenvolvimento de laudos ou pareceres sociais. Nesse instrumental, deve conter os objetos de estudo, os indivíduos envolvidos, as finalidades, os métodos adotados, desenvolvimento e análise da situação.

Segundo Cardoso (2008) o relatório é um registro da coleta de dados que o profissional faz através da observação e das informações obtidas no decorrer de uma conversa com o usuário. E que 90% dos registros são referentes aos dados da observação, visto que quando um profissional vai elaborar um relato geralmente sobressaem nos registros os dados que foram captados pela observação. A autora coloca ainda que podem ser evidenciadas várias finalidades na elaboração de um relatório social, como:

analisar a aplicação dos princípios e técnicas do Serviço Social, pesquisar suas intervenções sociais, a partir dos registros documentados, e para a aprendizagem profissional, quando disponibilizados; serve também para entendermos uma determinada realidade social, suas nuances e complexidades; e, nos permite desenvolver nossa intervenção social a partir das análises dos dados obtidos, bem como, de sua associação com leis sociais, programas e políticas e, especialmente, com perspectivas estratégicas de intervenção, baseada sempre nos direitos sociais em curso. (CARDOSO, 2008. p. 80)

Existem dois tipos de relatório social segundo Cardoso (2008), um se refere quando elaborado primeiramente como objeto da pesquisa, que são preparados antecipadamente, por métodos levantados, que visa examinar dados de uma realidade, sendo aplicados através de questionários onde os dados foram avaliados de antemão por indicadores estabelecidos. O segundo, conforme a autora se refere à intervenção social, que geralmente acontece posterior ao relatório social, que está atrelada a política social através da construção de análises pelos resultados das pesquisas.

Conforme MAGALHÃES (2006, p. 60) o relatório se faz com a descrição ou relato através de possíveis estudos, trata-se de relatos dos dados coletados e das intervenções feitas pelo assistente social, que pode refletir na qualidade da aplicação dos demais instrumentais; é através dele que algumas decisões são subsidiadas. “Ou seja, um parecer ou exposição pormenorizada de circunstância, fatos, ou objetos”. Segundo a autora, podemos destacar como relatórios: o relatório informativo, relatórios de visitas domiciliares, relatórios de inspeção e os de acompanhamentos, entre outros. Em geral, de acordo com a autora, o relatório se refere a uma pesquisa, que são expostas por atividades desenvolvidas em determinado local, o qual foi realizado por visitas. Que podem conter dados e providências que foram tomadas em algum caso ou a justificativa de encaminhamentos.

Segundo Magalhães (2006), o relatório informativo conforme o nome já diz que tem como finalidade, informar elementos ou casos importantes, alguns encaminhamentos também podem ser seguidos pelo relatório informativo por serem considerados como dados esclarecedores; este pode ser denominado de acordo com as circunstâncias, por profissionais que atuam em fóruns, numa situação de emergência, como por exemplo, quando aparece uma criança em situação de risco e precisa ser abrigada em alguma instituição. Assim, é emitido um parecer, e logo em seguida um breve relato do caso, onde posteriormente será feito um estudo mais detalhado para o laudo.

Os relatórios de visitas domiciliares, além de serem procedidas por visitas residenciais, também tem por caráter ser feitas em escolas, creches, abrigos, ou seja, em qualquer lugar que o usuário esteja integrado. A descrição desse relatório deve conter dados expressivos sem muitos detalhes, apenas o que for realmente importante para o alcance de uma avaliação. Para MAGALHÃES (2006, p. 64), os relatórios de acompanhamentos, além de trazerem informações, proporcionam uma intervenção mais direta, satisfatória e frequente com o usuário. [...] “sua elaboração tem como finalidade registrar a intervenção feita e os resultados positivos ou negativos dessa intervenção”.

Cardoso (2008) coloca que o estudo social e o estudo de caso também são processos propiciados pela análise do relatório social. O estudo social são análises feitas pelo profissional através de sua intervenção numa dada realidade social, podendo assim, se aprofundar e dar um novo direcionamento em suas

estratégias em relação a sua intervenção diante ao usuário. E o estudo de caso é realizado de forma conjunta com outros profissionais para tomar decisões em relação à realidade social, com a perspectiva de uma nova inclusão de intervenção social. A autora enfatiza que, em relação ao relatório social e documentos específicos, o laudo social também agrupa várias intervenções sociais como: visita social, entrevista social, análise de documentos, entre outras ações realizadas pelo profissional.

De acordo com Magalhães (2006), o laudo consiste num documento descritivo que deve conter o parecer ou a opinião conclusiva do estudo e a observação em relação à questão, por conter um parecer mais detalhado ou ainda a opinião do técnico em relação ao caso, significa que o laudo se torna um estudo mais aprofundado em relação à problemática. Sendo assim, conforme a autora, o laudo se distingue do relatório devido a essa visão mais ampla e aprofundada da análise profissional, onde essa descrição irá servir de apoio às induções da questão avaliada.

#### Segundo Magalhães (2006)

Em suma relatórios ou laudos são frutos de um estudo avaliativo e comunicam o trabalho realizado, as intervenções feitas. Ambos são sempre conclusivos, podendo conter sugestões e também parecer. Este, ao ser emitido num laudo, precisa estar sempre fundamentado na análise realizada e explicitada no corpo do texto. (MAGALHÃES, 2006, p. 62)

De acordo com Magalhães (2006) os laudos costumam ser mais usados em fóruns. Profissionais atuantes nesses locais que não são formados em direito, acreditam que o laudo está implicado por perito nominado por juiz. Esse posicionamento pode ser discordado, quando um juiz determinar que seja feito, por exemplo, um estudo social ou psicológico, esse trabalho irá demandar competência profissional de cada área específica. Sendo assim:

O parecer do laudo difere do emitido no relatório em razão da maior visibilidade da análise profissional no corpo do texto. O relatório pode conter descrições ou informações e um parecer relativo ao que foi visto ou observado, nos moldes de “diante do exposto”, “considera-se importante”..., o que inclui também possíveis sugestões. (MAGALHÃES, 2006. p. 66)



Para a autora acima citada, a opinião de um técnico será emitida através do parecer de um laudo na instância jurídica, por isso faz-se necessário que profissional responsável, esteja embasado por estudos de aspecto jurídico em matéria de sua especialidade. De acordo com a autora, os laudos impressos são muito comuns em instituições como o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), onde os profissionais fazem o preenchimento dos dados mais acentuados dos conteúdos, normalmente sua terminação se faz através do parecer, conclusão ou parecer conclusivo. Contudo, a autora coloca que o laudo deve ser detalhado com mais complexidade, mas isso não significa que ele deva ser muito amplo, mas que sua apreciação tenha fundamento para o embasamento do parecer. Isso significa que não é apenas uma descrição, mas sim um relacionamento entre os aspectos importantes da realidade. (Magalhães, 2006)

Segundo Fávero (2010), o estudo social tem por objetivo conhecer a realidade de forma densa e crítica. Esse método é utilizado no cotidiano profissional, especialmente, na área jurídica (Justiça da Infância e da Juventude, Justiça de Família e Justiça Criminal). Para isso, o profissional deve estudar o caso, avaliar e emitir um parecer social, discorrendo quais as medidas a serem tomadas. De acordo com a autora, para a realização do estudo social, é necessária a utilização de outras técnicas ou instrumentais, como: visitas domiciliares, entrevistas, observação, pesquisas bibliográficas e análise das informações coletadas; permitindo assim, a emissão do parecer.

Fávero (2010) embasada pela análise de Guerreiro expõe que para o desenvolvimento do estudo social, é necessário estabelecer inter-relações entre os fatores que compõem a conjuntura; para isso o profissional deve fazer uso desses instrumentos. Para Moreira e Alvarenga (2010) o parecer social, trata se de uma apreciação profissional do assistente social, tendo como base a observação e o estudo de um determinado caso, ou ainda

(...) um instrumento de viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a igualdade, a justiça social e a cidadania. (MOREIRA e ALVARENGA, 2010. p. 56)

Logo para Fávero (2010) o parecer social é um procedimento pelo qual o assistente social apresenta seus esclarecimentos e análises; assim como a

perícia, sua elaboração está relacionada às dimensões da profissão. Esse processo pode ser emitido como parte final ou, como conclusão de um laudo. Para Sousa (2008), a parecer social apresenta a identidade profissional do assistente social, uma vez que permite a este profissional dar a sua opinião sobre o estudo do caso. Imediatamente, o que difere o relatório do parecer de acordo com Sousa (2008), é que este último, além de conter as informações coletadas pelo profissional, assim como no caso dos relatórios, disponibiliza a opinião do assistente social.

Sousa (2008) afirma que

o parecer é a conclusão de determinado trabalho – seja de um atendimento individual, seja de um conjunto de instrumentos utilizados durante determinado processo de intervenção. (SOUSA, 2008, p. 131)

Para MOREIRA e ALVARENGA (2010, p. 61) na elaboração do parecer social, o profissional deve considerar tanto “as representações, os valores e os significados presentes no contexto sociocultural onde o usuário desenvolve relações sociais e de convivência.” Desta forma, o assistente social tem como principal conjunto na composição deste instrumento, o contexto familiar de seu usuário.

Segundo Cardoso (2010) este processo, é entendido como instrumento que contem a interpretação do profissional, embasado pelo estudo social; ou seja, o parecer social é uma dos elementos que agregam o estudo social. O diferencial do parecer social para o laudo, é que o laudo trás além da descrição sobre o caso, uma reflexão mais profunda, embasado em uma perspectiva teórica do caso em questão. Moreira e Alvarenga (2010) destacam alguns casos em que é solicitada a emissão do parecer social no campo judicial: dependência econômica; união estável e intercorrências sociais que interferem na origem, evolução e agravamento de patologias. De acordo com as autoras, a dependência econômica, ocorre quando o provedor familiar falece; ao emitir o parecer, o profissional fará um levantamento econômico desta família, descrevendo a dependência financeira da mesma. Nos casos em que o provedor não tinha vínculo empregatício, o parecer social visa incluir a família desamparada em serviços sociais básicos.

A perícia social para Fávero (2010) é um instrumental utilizado principalmente na área judicial; e trata se de uma avaliação, análise ou vistoria. A perícia é realizada através do estudo social, resultando na elaboração de um laudo e

parecer, para tanto, o profissional deve utilizar-se de outros instrumentais como: visitas, entrevistas e pesquisas documentais que o profissional achar necessário para a interpretação do caso. Desta forma, segundo autora, a perícia se caracteriza por um estudo social, embasado nas três dimensões da profissão: ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo; e segundo a autora, é no laudo que são registrados tanto os dados detalhados, como também, as conclusões da perícia.

Com a Constituição Federal de 1988, se evidencia um novo momento para a garantia de direitos humanos e sociais. Essa nova visão da assistência social como política pública e política social define o Serviço Social em sua trajetória, qual se reestrutura principalmente em seus princípios contidos no novo Código de Ética Profissional de 1993, o que acaba por interferir diretamente em sua instrumentalidade cotidiana. Dessa forma, vai depender do profissional como utilizar esse instrumental, mostrando assim qual é sua conduta, por isso, segundo Cardoso (2008) faz-se necessário que o assistente social tenha competência teórica de situar às vulnerabilidades no campo da universalidade, contextualizando o campo sócio-econômico, de maneira que as mesmas venham a romper com essa postura fiscalizadora.

Cardoso (2008) enfatiza ainda que os documentos feitos pelos profissionais de Serviço Social precisam ser guardados com o máximo de sigilo, caso seja uma documentação interdisciplinar apenas os envolvidos poderá ter acesso ao documento. E em relação à alteração só poderá ser feito pelo profissional que fez o atendimento, e se o documento foi anexado com outros, essa alteração poderá ser incluída com um acréscimo de páginas.

São estes os instrumentos e técnicas que auxiliam os assistentes sociais em seu cotidiano profissional; os quais permitem analisar cada caso de acordo com suas particularidades e especificidades, colaborando assim, no desenvolvimento do diagnóstico profissional, proporcionando uma intervenção que garanta ao usuário seus direitos.

## **CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS INSTRUMENTAIS E INSTRUMENTALIDADE NA REALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS SUAS: DA MICRO REGIÃO DE IVAIPORÃ - PR**

Esta pesquisa tem por principal objetivo, analisar a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se houve, ou não, alterações significativas junto aos instrumentais e a instrumentalidade utilizados pelo Assistente Social que atua na Política de Assistência Social, por meio de uma pesquisa bibliográfica, como base teórica e também através de uma pesquisa qualitativa (pesquisa de campo).

Severino (2007) expõe que a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores”, ou seja, por trabalhos pesquisados e trabalhados por autores a priori e registrados em livros, artigos etc., dessa forma o pesquisador terá subsídios concretos e seguros para seus estudos. Seguindo desse pensamento Gonçalves (2007) reforça dizendo que:

A pesquisa bibliográfica é caracterizada pela utilização de fontes secundárias, ou seja, pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. [...] o pesquisador vai se deparar com dois tipos de dados: aqueles que são encontrados em fontes de referência, [...] e aqueles dados especializados em cada área do saber, indispensáveis para o desenvolvimento da sua pesquisa. (GONÇALVES, 2007, p.40)

Para Minayo (2010, p. 16) a pesquisa trata se de uma “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. Através dela podemos obter subsídios para o trabalho que nos coloca frente a essa realidade.

Entre os vários modelos de pesquisa, optamos pela pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2010) é através desta pesquisa que é possível nos aprofundarmos “no mundo dos significados”, uma vez que é por meio deste método que colhemos uma grande quantidade de informações, as quais serão analisadas em cima de teorias, assim produziremos um novo conhecimento; ou seja, é por meio da análise que ultrapassamos o senso comum.

Segundo Gonçalves (2007), na pesquisa qualitativa o pesquisador precisa lidar de várias formas para que seja ampliado o seu entendimento na

questão relacionada com o seu problema, essa pesquisa não pode ser colocada de modo etnográfico, como numa abordagem qualitativa.

É através da pesquisa de campo ou como coloca Minayo (2010), trabalho de campo, que temos como pesquisador, a aproximação com a realidade sobre nosso objeto de pesquisa. De acordo com MARCONI e LAKATOS, a pesquisa de campo

consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. (MARCONI e LAKATOS 2011, p. 69)

Nossa pesquisa será aplicada por meio de um questionário estruturado, contendo quatorze perguntas abertas, o qual estará anexado no final deste trabalho (ANEXO A) aos profissionais de Serviço Social que atuam nos seguintes órgãos: CRAS (Centro de Referência de Assistência Social-Proteção Básica), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Órgão Gestor (Órgão responsável pela formulação e execução da Política de Assistência Social do Município), dos cinco municípios da região Vale do Ivaí selecionados<sup>10</sup> por nós; são eles: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Ivaiporã, Jardim Alegre e Lunardelli. Escolhemos Arapuã e Lunardelli por estarmos inseridas no campo de estágio destes dois municípios, os quais possuem apenas CRAS e Órgão Gestor. Ariranha do Ivaí apesar de possuir apenas CRAS e Órgão Gestor, está localizada dentro do limite estipulado para a pesquisa. E os municípios de Ivaiporã e Jardim Alegre, por possuírem os três equipamentos de atendimento da Política de Assistência Social.

Deste modo, foram procurados os doze assistentes sociais dos respectivos municípios, sendo cinco unidades CRAS, cinco Órgãos Gestores e dois CREAS. A princípio, os doze profissionais foram procurados; mas obtemos o retorno de apenas nove dos profissionais. Sendo que um estava de férias, e outros dois devido à sobre carga de trabalho, não conseguindo responder o questionário dentro do prazo estipulado. De acordo com MARCONI e LAKATOS (2011, p. 86), o questionário é o método pelo qual obtemos dados e informações que serão analisados para responder as questões da pesquisa aplicada. Segundo as autoras,

---

<sup>10</sup> Selecionamos estes cinco municípios por estarem localizados a um raio de aproximadamente 30 km de cidade de Ivaiporã.

nesse modelo de pesquisa, as perguntas “devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Gil (2011) define questionário como uma

técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre o conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2011, p. 121)

O autor defende ainda que este modelo de pesquisa permite uma análise mais detalhada dos fatos, diferentemente quando se trata de uma pesquisa estruturada, a qual lhe fornece apenas uma análise estatística. Aqui iremos caracterizar um pouco da história dos municípios nomeamos para a aplicação de nossa pesquisa, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>11</sup> (IBGE).

De acordo com o IBGE, o município de Arapuã que tem uma área de 217.974 km<sup>2</sup>, foi criado por meio da Lei Estadual nº 11.219, de 08 de dezembro de 1995, tendo seu desmembramento do município de Ivaiporã; o primeiro prefeito deste município foi Hélio Mathias e o atual prefeito (gestão 2012/2014) é Manoel Salvador. Segundo os dados do censo de 2010, Arapuã apresentava o número de 3.561 habitantes, sendo 1.746 homens e 1.797 mulheres.

O município de Ariranha do Ivaí possui uma de 239.562 km<sup>2</sup>. Segundo o IBGE, seu primeiro nome era Arroio Bonito pertencente à Fazenda Ubá, recebendo a dominação de Ariranha em 18 de outubro de 1967, pela Lei Estadual nº 5.671; somente em 21 de dezembro de 1995 é elevado à categoria de município, passando a se chamar Ariranha do Ivaí, pela Lei Estadual nº 11.257 do mesmo ano. O atual prefeito (gestão 2012/2014) de Ariranha é Silvio Gabriel Petrassi. Os dados do censo de 2010 do IBGE demonstram que neste ano, a população de Ariranha do Ivaí era de: 1.229 homens e 1.224 mulheres, totalizando 2.453 habitantes.

Em 1951 era criado o distrito de Ivainópolis pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro, terras estas pertencentes a Manuel Ribas, a qual era subordinada ao município de Pitanga; passando a se chamar Ivaiporã quatro anos mais tarde pela Lei Estadual nº 2.429 de agosto de 1955; somente em de 25 de julho

---

<sup>11</sup> Dados do censo demográfico do ano de 2010.

de 1960 é elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4.245. De acordo com o censo de 2010, sua população está dividida da seguinte forma, 15.420 homens e 16.396 mulheres, totalizando 31.816 habitantes. Ivaiporã compreende uma área de 431.502 km<sup>2</sup>. Seu primeiro prefeito eleito foi Manoel Teodoro da Rocha (1961), o atual (gestão 2012/2014) prefeito é Luis Carlos Gil.

O município de Jardim Alegre teve sua colonização iniciada no ano de 1952 com o nome de Patrimônio Três Machados em homenagem a seus colonizadores; somente com a Lei Estadual nº 4.367 de 24 de maio de 1961 passa a se chamar Jardim Alegre, sendo subordinado a Ivaiporã até o ano de 1963, só a partir do ano seguinte seria desmembrado de Ivaiporã. A população desta cidade, segundo o censo do IBGE de 2010 é de 6.269 homens e 6.055 mulheres, tendo um total de 12.324 habitantes. Jardim Alegre tem uma área de 405.548 km<sup>2</sup>. A atual administração do município é da prefeita Neuza Pessuti Francisconi.

Lunardelli compreende uma área de 199.213 km<sup>2</sup>; a cidade de Lunardelli se tornou município em 19 de dezembro de 1980 por meio da Lei Estadual nº 7.502, assim desmembrado de São João do Ivaí. Tendo como atual prefeito, Hilário Vanjura. Sua população em 2010 caracterizava 5.160 habitantes, sendo 2559 homens e 2.601 mulheres.

## 4. 1 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

### 4.1.1 Identificação

Por questão de sigilo, não revelaremos o nome dos profissionais que colaboraram com a pesquisa, eles serão apenas identificados pela letra “E<sup>12</sup>”, seguido do número correspondente à ordem das entrevistas, como pode ser observado na tabela abaixo:

ENTREVISTADO	LOCAL DE TRABALHO	TEMPO DE ATUAÇÃO
E1	ÓRGÃO GESTOR	14 ANOS
E2	CRAS	MENOS DE 5 ANOS
E3	CRAS	MENOS DE 4 ANOS

<sup>12</sup> No caso, significa entrevistado.

E4	ÓRGÃO GESTOR	7 ANOS
E5	CRAS	6 ANOS
E6	ÓRGÃO GESTOR	MENOS DE 1 ANO
E7	CRAS	14 ANOS
E8	ÓRGÃO GESTOR	MENOS DE 6 ANOS
E9	CREAS	4 ANOS

Tabela 1: Caracterização dos Entrevistados

A princípio procuramos doze profissionais que atuam na Política de Assistência Social nos cinco municípios escolhidos por nós para a realização da pesquisa; mas obtemos o retorno de apenas nove destes profissionais. Sendo que, um estava de férias, e outros dois devido à sobre carga de trabalho, não conseguiram responder o questionário dentro do prazo estipulado.

#### 4.1.2 Tempo de Atuação na Política de Assistência Social

Como podemos observar no gráfico abaixo, dos nove entrevistados, apenas um profissional tem como tempo de atuação inferior a dois anos. De dois anos a cinco anos, temos três profissionais; o mesmo número correspondente de profissionais com tempo de atuação entre cinco a dez anos. E apenas dois profissionais atuam a mais de dez anos na Política de Assistência Social.





### Gráfico 1: Tempo de atuação

Conforme exposto em nosso trabalho, o SUAS foi implantado somente no ano de 2005. Desta forma, é importante sabermos o tempo de atuação de cada profissional para que seja possível realizarmos uma análise comparativa através de suas respostas; assim poderemos traçar um paralelo entre as concepções antes e pós SUAS e verificar se houve ou não mudanças em relação aos instrumentais e instrumentalidade na atuação profissional.

Quando questionados se já atuaram em outras políticas, e das diferenças e semelhanças existentes, dos nove profissionais entrevistados, apenas um já atuou em outra política. É o caso do entrevistado E1, o qual expôs:

Já atuei na área da Educação – Educação Especial. Tem semelhança. Cada política de atuação tem os instrumentais. (E1)

Os demais entrevistados ainda não vivenciaram essa experiência; porém a resposta do entrevistado E5 nos chamou a atenção, quando diz:

Não nunca atuei, mas a assistência social é uma política que permeia todas as outras políticas, por isso, em minha visão, os instrumentais mais utilizados serão os mesmos ao passo que também os principais instrumentais estão atrelados à prática profissional independente da política em que o profissional atua. (E5)

Em relação ao tipo de instrumental e o local de trabalho, podemos considerar conforme Santos e Noronha (2011), que

Ao escolher os instrumentos de intervenção, o profissional deve levar em consideração as condições objetivas do trabalho, as finalidades da ação, as finalidades da profissão, as finalidades da instituição, bem como pensar sobre a demanda, sua funcionalidade frente à realidade em que a população está inserida, as habilidades necessárias ao seu manuseio e seu compromisso ético-político. (SANTOS E NORONHA, 2011, p. 50)

Analisando tanto a fala das autoras, quanto as respostas dos entrevistados E1 e E5, podemos considerar que, mesmo que o profissional não tenha atuado em outra política; se este estiver comprometido com o projeto ético-político, independente do local onde estará inserido, ele terá o entendimento de como os instrumentais perpassam todas as políticas, visto que esses são

considerados um conjunto de recursos que permeiam todos os meios de operacionalização de atuação do assistente social.

#### 4.1.3 Instrumentais e instrumentalidade

Em relação à questão da concepção sobre instrumentais e a instrumentalidade para o Serviço Social, ao analisarmos as falas dos entrevistados nos deparamos com um plágio na resposta do entrevistado E2. Apesar de o profissional estar atuando na Política de Assistência Social, quando se deparou com o questionamento, o mesmo precisou recorrer à pesquisa bibliográfica para responder, podendo caracterizar que o profissional precisa rever seus conhecimentos:

Instrumentais - são aqueles instrumentos necessários ao agir profissional, através dos quais nos assistentes sociais podemos efetivamente objetivar nossas finalidades em resultados profissionais propriamente ditos. Instrumentalidade – tem a ver com a capacidade (...) que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos, sendo que, é através dessa capacidade adquirida no exercício profissional, que os profissionais de Serviço Social modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. (E2)

Ao comparar as respostas dos entrevistados sobre o que são os instrumentais e instrumentalidade, constatamos algumas similaridades em relação a esta questão:

Instrumentais são os instrumentos que são utilizados no cotidiano profissional para realização do exercício profissional em face dos usuários e das demandas a eles inerentes. Instrumentalidade no meu entender é a capacidade de conhecimento do profissional enquanto constituinte da profissão apropriado do arcabouço teórico (literatura, leis, códigos) seja um profissional propositivo capaz de contribuir com mudanças da realidade a sua volta, mediante a instrumentalidade que possui. (E3)

Instrumentais: São instrumentos e técnicas de trabalho, ou seja, ferramentas de trabalho. Os quais o profissional utiliza nas intervenções, fazendo a mediação da ação do trabalho; pode ser associado como ferramenta de trabalho, (...). Instrumentalidade: não pode ser associada a um conjunto de instrumentos e técnicas. Instrumentalidade é adquirida nas relações sociais, a capacidade do

profissional de dar respostas às demandas dentro das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-política. (E8)

Podemos concluir com as seguintes falas descritas acima, que os instrumentais fazem parte do cotidiano profissional dos assistentes sociais independente de seu local de trabalho; os quais caracterizaram como um conjunto de técnicas que auxiliam estes profissionais em seus atendimentos. Já a instrumentalidade, os entrevistados caracterizam como a capacidade profissional adquirida durante o exercício profissional, corroborando assim com BAPTISTA (2009) na concepção de que estas são influenciadas pelos contextos econômico, cultural e político.

Conforme discutido no capítulo três, podemos descrever os instrumentais como um compilado entre instrumentos e técnicas, as quais dão base para a ação profissional. Guerra (2007) caracteriza a instrumentalidade como

(...) uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível de realidade social: no nível do cotidiano. (GUERRA, 2007, p. 02)

#### **4.1.4 A importância dos instrumentais no cotidiano profissional**

Ao analisarmos a questão que trata da importância dos instrumentais no cotidiano profissional, todos relatam a importância do uso dos mesmos, mas cada um expressa uma forma eles são importantes.

Os instrumentais são de relevância na medida em que, através deles, consigo atingir o resultado esperado. No cotidiano profissional são de suma relevância. (E1)

São a base para o meu agir profissional sem eles não teria como iniciar um atendimento. (E2)

O profissional se baseia na utilização de instrumentais para uma dada finalidade/ação a ser desenvolvida a partir de todo conhecimento e habilidades aplicadas. (E4)

Através dos instrumentais é possível visualizar as ações que poderão ser feitas, é possível planejar, executar, fiscalizar e avaliar. (E6)

Os instrumentais são importantes, pois neles ficam armazenadas informações úteis para o andamento dos atendimentos, facilita para o profissional o acesso à informação quando o usuário, pois havendo a troca de profissionais toda e qualquer informação esta arquivada. (E7)

O uso de instrumentais técnicos no cotidiano profissional se faz de fundamental importância, uma vez, que através destes é possível nortear a ação profissional dentro de cada ação. (E8)

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante, e sendo um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessitam de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-político, necessária para o seu exercício profissional. (E9)

O entrevistado E1, descreve que é através dos instrumentais que o profissional poderá ter o resultado esperado; o entrevistado E2 expõe que sem eles o profissional não consegue iniciar seu trabalho, ou dar andamentos para o mesmo. Tanto o entrevistado E4, como o E9, colocam que é através dos instrumentais que o profissional poderá ter uma base para uma dada finalidade em seu exercício. Os entrevistados E6 e E8 enfatizam que os instrumentais norteiam as ações profissionais, ou seja, o profissional poderá ter uma melhor visualização em suas ações por meio dos instrumentais. Já o entrevistado E7 expõe a importância destes, pois eles permitem o armazenamento de informações sobre os usuários, o que facilita o acesso ao histórico do usuário nos atendimentos, em caso de troca de profissional. Dessa forma, fica claro que todos os entrevistados acreditam na importância do uso dos instrumentais; onde cada um expõe suas particularidades dentro de seu cotidiano profissional.

Como foi exposto em nosso trabalho no capítulo três, a autora Guerra (2010) compartilha com os entrevistados quando diz que, é através da instrumentalidade que o Serviço Social se materializa e se articula, o qual o profissional poderá ter uma melhor percepção real dos fatos. A autora afirma ainda, que a partir do uso dos instrumentais a intervenção profissional será realizada de maneira mais eficaz, com competência e responsabilidade.

Sousa (2008) também mencionado neste mesmo capítulo vai de encontro com o pensamento do entrevistado E7, ao se retratar da importância do armazenamento dos documentos quando coloca que, a partir das anotações arquivadas pelos profissionais qualquer outro profissional que virá atender o usuário,

terá acesso aos avanços ou retrocessos em relação aos serviços e casos atendidos, o qual irá auxiliá-lo em sua análise institucional, sendo assim, essas anotações poderá colaborar também em novas pesquisas por conterem dados concretos dos trabalhos realizados. Contudo, podemos perceber a importância do uso dos instrumentais no processo da prática profissional do assistente social, em seu espaço sócio ocupacional.

#### **4.1.5 Os principais instrumentais utilizados no espaço sócio ocupacional**

Analisando as respostas obtidas, verificamos que os instrumentais utilizados pelos profissionais, independente do espaço sócio ocupacional que atuam, em geral são os mesmos:

Instrumentais: (...) visita domiciliar, encaminhamentos, entrevista, atendimento grupal e individual, elaboração de parecer social, estudo social, acesso a sistemas informatizados (RedeSuas), manuais operacionais, instrucionais, normativos, contatos institucionais, cartilhas diversas sobre a política de assistência social e serviço social. (E1)

(...) são atendimentos por procura espontânea, busca ativa, documentação, grupos, observação, entrevistas, cadastro das famílias, orientações, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, parecer social, relatórios e visitas domiciliares. (E2)

Estudo Social, Parecer Social, Acompanhamento, Visita domiciliar, entrevista social, conversas informais, documentação, reunião, observação, entrevistas, fichas de cadastro, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, relatórios. (E6)

Os instrumentais mais utilizados são: abordagem, entrevista individual e visita domiciliar. Porque dentro destes instrumentais a abordagem permite a criação de um espaço para o conhecimento e intervenção desencadeando um processo de ação-reflexão crítica com a realidade e, entre os sujeitos envolvidos. (...). (E9)

Sendo assim Magalhães (2006) corrobora com esse pensamento quando diz que:

Os profissionais inserem-se em diversos processos de trabalhos, os quais irão contar com peculiaridades específicas de seu campo de atuação e, em consequência, evidenciar os limites e as possibilidades de atuação do profissional. A par das peculiaridades de cada campo de trabalho, referenciais caracterizadores do saber profissional não devem ser esquecidos, tampouco os instrumentais

técnicos que possibilitam dar visibilidade à relação profissional que é desencadeada entre o usuário e o profissional. (IAMAMOTO *apud* MAGALHÃES, 2006, P.19)

Ao observarmos os principais instrumentais utilizados pelos profissionais entrevistados que atuam na Política de Assistência Social, tanto no CRAS, CREAS e no Órgão Gestor, podemos concluir que, muitos dos instrumentais são utilizados em todas as unidades entrevistadas, contudo sempre haverá uma particularidade, devido às demandas de cada campo.

Como por exemplo, apontam os entrevistados E1 e E6, os quais atuam no órgão gestor, e utilizam se de instrumentais como: visita domiciliar, reuniões, entrevistas, fichas de cadastro e entre outros; instrumentais estes utilizados também pelos entrevistados E2 e E9 que atuam no CRAS e CREAS.

#### **4.1.6 Os instrumentais utilizados no cotidiano profissional: necessidade de aprimoramento versus aplicação como está posto.**

Em relação a este questionamento, cinco dos entrevistados compartilham que os instrumentais utilizados por eles são suficientes e, quatro profissionais dividem da ideia de que se faz necessário o aprimoramento dos mesmos como podemos observar no gráfico abaixo:

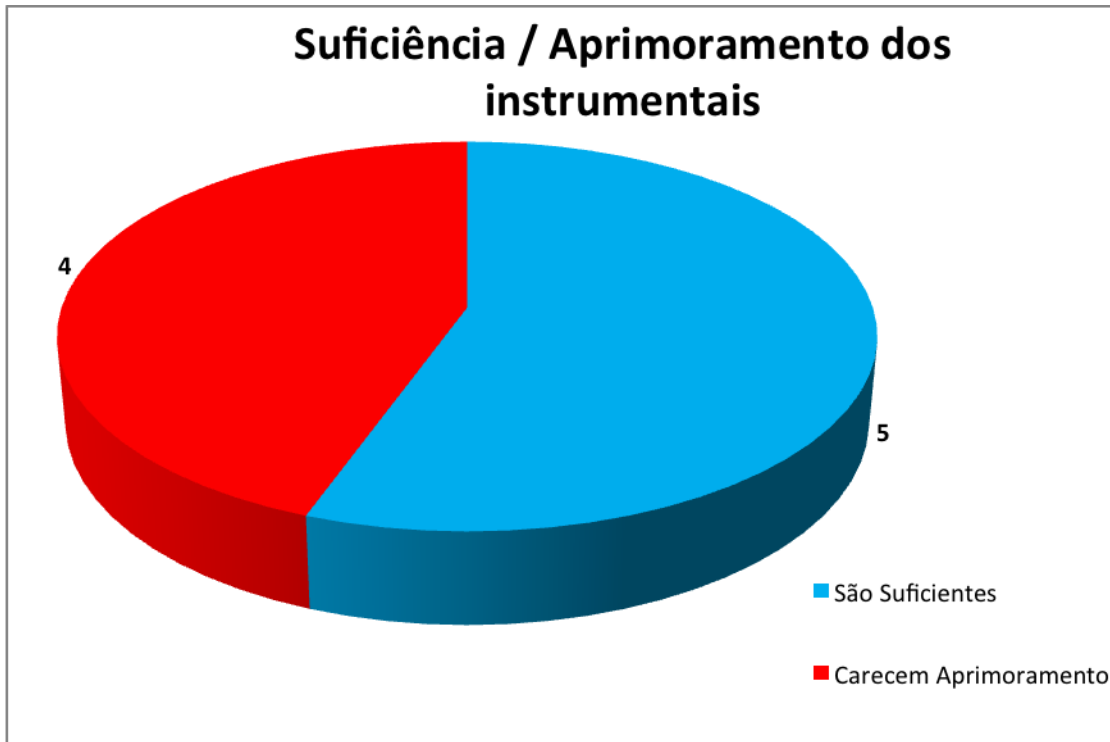


Gráfico 2: Suficiência/aprimoramento dos instrumentais.

Conforme as respostas dos quatro entrevistados que dizem que os instrumentais carecem de aprimoramento, Sousa (2008) corrobora com essa ideia quando diz que:

Se são os objetivos profissionais (construídos a partir de uma reflexão teórica, ética e política e um método de investigação) que definem os instrumentos e técnicas de intervenção (as metodologias de ação), conclui-se que essas metodologias não estão prontas e acabadas. Elas são necessárias em qualquer processo racional de intervenção, mas elas são construídas a partir das finalidades estabelecidas no planejamento da ação realizado pelo Assistente Social. Primeiro, ele define “*para quê fazer*”, para depois se definir “*como fazer*”. Mais uma vez, podemos aqui identificar a estreita relação entre as competências teórico-metodológica, as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. (SOUSA, 2008, p. 124)

Porém, o entrevistado E4 destaca que:

(...) não há “roteiro/modelo” único, serão suficientes conforme a ação pretendida, objetivo, mas há itens de base a serem considerados em cada instrumento. (E4)

De acordo com o entrevistado E4 não existe um roteiro único para utilizar os instrumentais. Pois, eles devem ser criados e recriados pelos profissionais em suas ações de trabalho, conforme as exigências apresentadas; por isso ele considera que não são suficientes mais que, servem de base, pois estes terão que ser reformulados a partir das demandas postas em seu cotidiano.

#### **4.1.7 O SUAS, os instrumentais e o agir profissional**

Enquanto questionados se houve ou não mudanças significativas com a implantação do SUAS, seis profissionais afirmaram que houve mudanças significativas, conforme apontado em duas falas abaixo:

Sim, houve, antes da implantação do SUAS não havia a exigência de utilizar instrumentais para armazenar informações ou atendimentos, simplesmente atendia o usuário e não fazia nenhuma anotação. (E7)

Sim, com a implantação do SUAS os instrumentais utilizados no cotidiano, sem dúvidas melhorou a forma de trabalho/acompanhamento; em muito contribuiu para um melhor atendimento a população, uma vez que é possível a realização de acompanhamento sistemático, podendo assim identificar a real situação vivenciada pelo usuário. (E8)

Logo, dois profissionais alegaram que não houve mudanças nos instrumentais, porém:

(...) uma nova “roupagem” dos instrumentais na busca de aperfeiçoá-los ao novo modelo de Assistência Social – SUAS. Os instrumentais não perderam sua essência, foram reformulados. (E1)

Não diria mudanças, mas como se deve considerar a finalidade e demanda é necessária adaptação/complementação em situações diversas. Exemplo: uma visita domiciliar pode ter objetivos distintos em serviços distintivos, como para CRAS e para um abrigo (o acesso a benefício/serviço e noutro a reintegração de uma criança). (E4)

E apenas o entrevistado E3 afirma que não houve mudanças nos instrumentais. Comparando as respostas obtidas por meio da pesquisa de campo, com o levantamento bibliográfico realizado, podemos concluir que houve sim um avanço significativo na Política Nacional de Assistência Social com a implantação do SUAS; uma vez que a assistência social passa a ser direto do cidadão. E, é também com SUAS, que ela ocorre de forma descentralizada; pois este sistema passa a definir e organizar



os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio assistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas (...) (PNAS/2004, p. 39)

Porém, não houve alterações nos instrumentais, mas sim na obrigatoriedade de colocá-los em prática; uma vez que o SUAS coloca em exercício, a vigilância social, um de seus oito eixos estruturantes que compõem o sistema. A vigilância social é responsável pela:

(...) produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (...). (PNAS/2004, p. 39)

Por meio desta questão é possível fazer também, um paralelo em relação ao tempo de atuação dos entrevistados; levando em consideração que apenas dois profissionais que colaboraram com a pesquisa, já atuavam antes da implantação do SUAS, é o caso dos entrevistados E1 e E7 que atuam na Política a 14 anos e, deram opiniões diferenciadas apesar de possuírem o mesmo tempo de atuação. Já os entrevistados E4 e E8 que não atuavam antes do SUAS, também tiveram divergências em suas respostas. Desta forma, podemos concluir que apesar de tempos diferentes de atuação, há profissionais que compactuam da mesma opinião, ou possuem visão parecida.

#### **4.1.8 A aplicação dos instrumentais junto aos usuários: aceitação versus resistência**

Como podemos observar no gráfico abaixo, em relação à resistência por parte do usuário na utilização dos instrumentais, cinco dos profissionais afirmaram já ter se deparado com certa forma de resistência pelo usuário. Conforme alega o entrevistado E3:

(...) às vezes na entrevista, (*usuários*) ficam um pouco receosos, mas conforme se estabelece um dialogo reciproco entre profissional e usuário a conversa flui e na maioria das vezes é possível tecer um diagnóstico de cada situação que se apresenta.

E os quatro entrevistados restantes nunca se depararam com essa questão. Em relação ao receio por parte do usuário relatado pelo entrevistado E3, pode ser acarretado pela visão do qual ainda perpassa na cabeça de muitos a ideia que o Serviço Social se faz através de profissionais com ações investigativas e fiscalizadoras, e não como uma profissão de concepção de direito ao indivíduo.

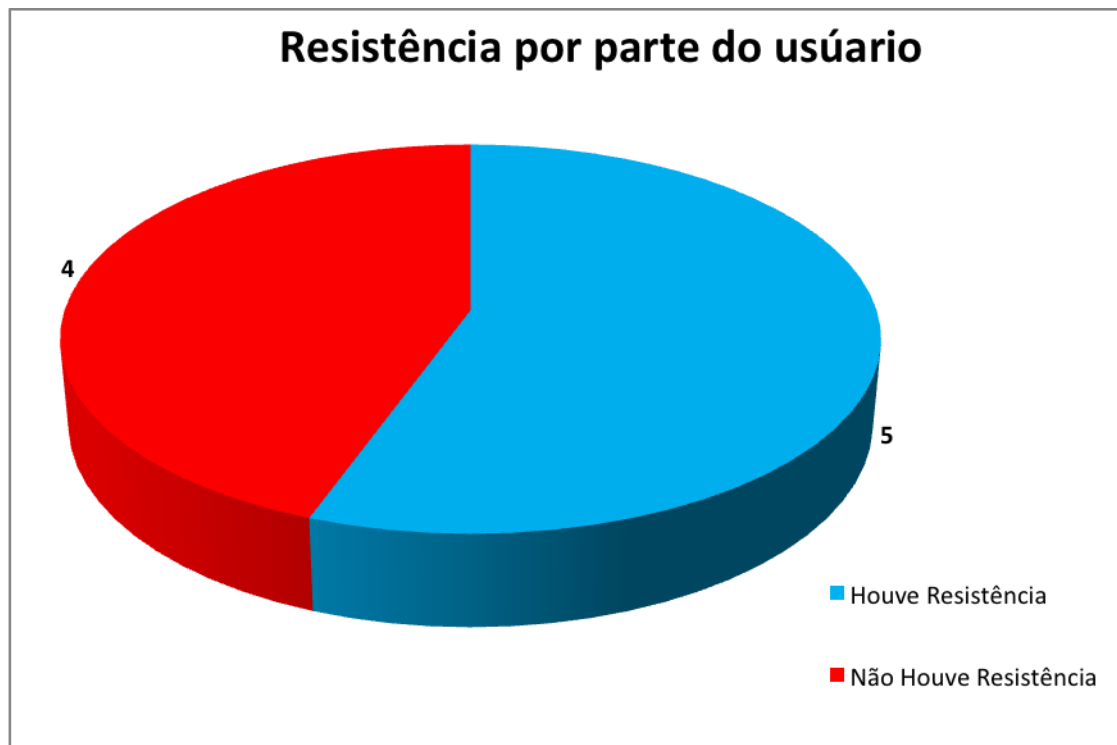


Gráfico 3: Resistência por parte dos usuários.

Sendo assim essa resistência por parte do usuário não se resume somente numa entrevista, ela pode acontecer em toda a forma de contato com o mesmo. Analisando as respostas dos cinco entrevistados que compõem os profissionais que já passaram por essa situação, podemos compartilhar da ideia de Cardoso (2008) conforme exposto em nosso trabalho no item 3.2, quando a autora diz que, o usuário fica apreensivo quando um assistente social chega a sua casa para fazer uma visita, pois acredita que essa visita poderá acarretar em avaliações injustas devido à situação de sua moradia ou até mesmo pelos materiais pertencentes, por isso ficam receosos com sua visita.

Contudo, vai depender de como o profissional irá utilizar seu instrumental, mostrando assim qual é sua conduta, por isso faz-se necessário que o

profissional esteja imbuído de competências teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, o qual irá possibilitar que o mesmo consiga entender as vulnerabilidades postas e direcioná-las no campo da universalidade, fazendo assim uma contextualização do campo socioeconômico, e se posicionado para romper com essa visão fiscalizadora.

A ideia policialesca, não traduz o espírito e os compromissos éticos deste profissional. Nosso contato com os usuários em seu espaço de vida se relaciona diretamente, com o conhecimento daquela realidade social que o envolve e das perspectivas de superação e de acesso à inclusão social. (CARDOSO, 2008, p. 60)

Conforme a autora, essa visão de que o profissional atua como um fiscalizador vem sendo modificada a partir do momento em que a assistência social se torna política pública, a que vai de encontro com os princípios éticos que constituem o Código de Ética Profissional de 1993.

#### **4.1.9 Os instrumentais e o sigilo profissional**

Quando questionados em relação ao acesso, sigilo e arquivamento dos documentos, todos os entrevistados afirmam haver tanto o sigilo quanto o arquivamentos destes documentos. Houve uma disparidade em relação ao acesso dos documentos, onde:

Alguns documentos a equipe técnica do CRAS (Psicóloga e Assistente Social) tem acesso, outros aqueles mais sigilosos como parecer social apenas a Assistente Social (...). (E2)

(...) E quanto ao acesso normalmente somente o assistente social e estagiários de serviço social em caso de haver necessidade. (E3)

(...) O acesso fica restrito ao profissional do serviço, as informações obtidas não são “divulgadas”, é realizada solicitação ou encaminhamento ao equipamento em serviço diante da necessidade do usuário sem que seja exposto. (...). (E4)

Apenas a equipe técnica profissional dentro do mínimo possível e só quando há necessidade de partilhar o conhecimento com áreas diferentes para uma atuação multidisciplinar sobre o caso. (...). (E5)

Os acessos aos documentos pertinentes aos atendimentos são estritamente sigilosos (...). (E6)

Quem tem acesso aos documentos são somente os funcionários que atendem a população (Bolsa Família, assistente social e psicóloga) (...). (E7)

(...) os documentos referente aos equipamentos são de acesso do gestor, com conhecimento do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS- e dos técnicos dos demais equipamentos. (E8)

(...) somente os profissionais técnicos do setor tem acesso as documentações (...) (E9)

O Código de Ética do/a Assistente Social dispõem sobre a questão do sigilo por parte do profissional em seu Art. 16. “O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”. Deste modo

A proteção abrange “tudo aquilo” que o assistente social toma conhecimento na relação profissional. Inclui, conseqüentemente, qualquer informação oral, escrita, expressada por qualquer meio, mesmo aquilo que possa ser deduzido ou interpretado pelo profissional em relação ao usuário. Nada pode, portanto, ser revelado. (BARROCO E TERRA, 2012, p. 207)

O parágrafo único deste mesmo artigo dispõe a respeito do trabalho multidisciplinar, o qual discorre: “Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário”. Desta forma, o profissional de Serviço Social poderá fornecer informações aos profissionais de outras áreas, somente em casos que estes profissionais componham a equipe multidisciplinar e atendam o mesmo usuário; porém, há limites a serem respeitados pelo profissional. Cardoso (2008) afirma esta reflexão quando diz:

O sigilo é dever do profissional e faz parte da ética profissional, mesmo em atendimento por equipe multidisciplinar, lembrando que devemos observar com o máximo de cautela os fatos a serem expostos. (CARDOSO, 2008, p. 25)

Considerando as respostas dos entrevistados, todos eles atuam em conformidade ao que está exposto no Código de Ética Profissional, tanto em relação à questão do sigilo profissional, quanto ao arquivamento dos documentos.

#### **4.1.10 É possível realizar um trabalho de qualidade sem os instrumentais**

Todos os entrevistados foram determinantes, respondendo que não quando questionados em relação da possibilidade de realizar um trabalho eficiente e de qualidade sem os instrumentais, com a justificativa de que:

Acredito que não tem como sem um instrumento. Pode ocorrer de um instrumento “padronizado” não atender minha necessidade, mas posso organizá-lo a partir de minha demanda, fica difícil conhecer uma família sem uma visita, uma entrevista ou uma observação. (E4)

Não existe um trabalho de qualidade sem os instrumentais. (E7)

Não, através dos instrumentais utilizados em cada caso, pode-se perceber a real situação vivenciada pela família ou indivíduo atendido, e assim poder direcionar a ação/atividade desenvolvida. (E8)

De acordo com Sousa (2008, p. 123) e como exposto no capítulo três deste trabalho, é através do conhecimento que “o profissional pode planejar a sua ação com muito mais propriedade, visando à mudança dessa mesma realidade”.

Desta forma, podemos concluir que, para uma melhor intervenção na vida do usuário, é necessário conhecer a fundo a realidade deste, para isso faz se necessário à utilização dos instrumentais; os quais permitem conhecer e avaliar cada caso conforme a sua realidade.

#### **4.1.11 A dimensão ético-política aplicada aos instrumentais**

Perante o questionamento em relação à dimensão ético-política, se esta deve constantemente refletida, todos os entrevistados afirmaram que sim. Entretanto, selecionamos apenas algumas respostas que consideramos mais oportunas.

A dimensão ético-política está intimamente presente, refletida e pensada também nos instrumentais. Através dos instrumentais ocorre a dimensão ético-política. É intrínseco. Não são estanques. (E1)

Acredito que além de refletida e pensada dever ser, sobretudo praticada. Há correlação indispensável, não é possível prescindir referências ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativa. (E4)

Acredito, pois o projeto ético-político é constante, e de contínua transformação, e abrange vários aspectos como a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura, o trabalho. (E6)

Sim, com toda certeza, o profissional independente do instrumental utilizado, deve se nortear no agir profissional, na ética, correspondendo ao compromisso atribuído à profissão, resguardando a privacidade do usuário. (E8)

Desta forma, podemos comparar as respostas com o pensamento de Sousa (2008), o qual expõe que a prática do assistente social

se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista - relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social de sua prática. (SOUSA, 2008, p. 121)

Além de ser pensada e refletida, a dimensão ético-política deve ser colocada em prática como salientou o entrevistado E4; uma vez que segundo lamamoto *apud* Pires (2007), nos coloca que quando a profissão é comparada com um partido político e/ou o exercício profissional com a militância; segundo a autora esse equívoco interfere diretamente nos instrumentais. Ou seja, a dimensão ético-política além de ser pensada e refletida, não pode ser dissociada das dimensões técnico-operativo e teórico-metodológico.

#### **4.1.12 A utilização dos instrumentais com objetivo de intervir na realidade do usuário e conhecer a essência de cada caso**

Todos os profissionais entrevistados concordam que através dos instrumentais é possível obter o conhecimento de cada caso em sua essência. Abaixo podemos observar a visão de alguns dos profissionais, confirmando essa questão.

Sim. É possível (re) conhecer e tratar de forma adequada e eficiente cada família ou indivíduo diante da necessidade (...) é necessário saber o que utilizar e adaptar quando preciso. Cada usuário é único e precisamos romper com a ideia de “manutenção da ordem” a que a profissão é muitas vezes condicionada a realizar, não há casos para serem tratados sempre da mesma forma como “receita”. (E4)

A intervenção só poderá ser feita através do resultado dos instrumentais, pois com eles a realidade é observada, e vista de

vários ângulos, lembrando sempre que o assistente social deve ter uma visão do todo, analisando, avaliando e executando ações e estratégias pertinentes. (E6)

Sim, a utilização dos instrumentais e correta interpretação de cada caso é possível realizar a intervenção, que vai de encontro com o atendimento direcionado dentro de cada necessidade apresentada. (E8)

Sousa (2008) reflete essa questão quando coloca:

Todavia, o que se propõe hoje no âmbito do Serviço Social é justamente a produção de um conhecimento que rompa com a mera aparência e busque apreender o que está “por trás” dela, sua essência. Para isso, é fundamental que o profissional sempre mantenha uma postura crítica, questionadora, não se contentando com o que aparece a ele imediatamente. De posse desse conhecimento, o profissional pode planejar a sua ação com muito mais propriedade, visando à mudança dessa mesma realidade. Assim, no momento da execução da ação profissional, o Assistente Social constrói suas *metodologias de ação*, utilizando-se de instrumentos e técnicas de intervenção social. (SOUSA, 2008, p. 123)

Analisando tanto as falas dos entrevistados com a reflexão de Sousa (2008), percebemos que a utilização dos instrumentais é de extrema importância para o trabalho profissional, pois é através deles que obtemos o conhecimento da singularidade de cada caso, permitindo assim, uma tomada de decisão, ou como o autor expõem, “metodologias de ação” que irá de encontro com a demanda do usuário.

Além disso, quando questionados se já houve a necessidade de mudar o instrumental ou o modo de aplicação em algum caso, dos nove entrevistados, apenas dois dos profissionais destacaram que não precisaram mudar de instrumental ou modo de aplicação do mesmo em seus atendimentos à população usuária da Política de Assistência Social. Os demais afirmaram ter passado por essa situação, sendo assim separamos três falas que nos chamaram a atenção.

Sim. Nem sempre a demanda é apresentada na íntegra e quando se depara com alguma família com necessidades para além do visível é oportuno e necessário adaptar ou mudar o instrumental. De uma observação/entrevista então realizar visita domiciliar. (E4)

A prática profissional nos leva a refletir sempre qual a melhor forma de agir profissionalmente de modo que sempre temos que melhor utilizar os instrumentais para um bom exercício profissional. (E5)

Sim, conforme o profissional vai conhecendo a realidade vivenciada pelo usuário há casos que se apresenta a necessidade de adequação ou até mesmo de mudança da forma de abordagem/atendimento. (E8)

Sousa (2008) em sua reflexão discorre acerca da realidade, o qual coloca que esta é dinâmica,

E como a realidade é dinâmica, faz-se necessário compreender quais mudanças são essas para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz possível, e, de fato, possa produzir as mudanças desejadas pelo Assistente Social – ou chegar o mais próximo possível. Ora, isso pressupõe que, mais do que copiar e seguir manuais de instruções, o que se coloca para o Assistente Social hoje é sua *capacidade criativa*, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social, tanto em curto quanto em médio e longo prazo. (SOUSA, 2008, p.124)

Portes e Portes (2004), também compartilham dessa ideia ao colocar que:

(...) é preciso construir alternativas de intervenção, criar ações que enfrentem, que atendam às demandas levantadas. E, para que seja possível, criar e dar respostas, precisamos nos versar no instrumental técnico operativo da profissão. É preciso conjugar o porquê fazer do saber fazer. (Portes e Portes, 2004, p. 29)

Assim, podemos afirmar que os instrumentais como ferramentas de trabalho, servem de alicerce para que os atendimentos sejam analisados e avaliados, são eles que apontam alternativas para a prática profissional. Sendo assim o profissional precisa estar atento a essa prática devido às múltiplas expressões da questão social que se apresentam em seu cotidiano.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe lembrar que esta pesquisa versou sobre a importância do uso dos instrumentais e instrumentalidade na prática profissional do assistente social, que atuam na Política de Assistência Social. Tendo como objetivo primordial verificar, se houve ou não mudanças e/ou alterações nos instrumentais e instrumentalidades com a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Tivemos como recorte a Constituição Federal de 1988, onde a mesma trouxe um grande avanço nas políticas públicas sociais; possibilitando a concretização da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, e conseqüentemente, a implantação do SUAS no ano de 2005.

Para obtermos o resultado desta pesquisa, fez se necessário primeiramente, um levantamento bibliográfico e, em seguida aplicação de pesquisa de campo; onde no primeiro capítulo abordamos sobre a emergência do Serviço Social, tendo como foco o Serviço Social no Brasil; sendo assim, dando ênfase as primeiras escolas de Serviço Social deste continente. Neste capítulo relatamos também, a trajetória do Serviço Social após o Movimento de Reconceituação. Expondo os pressupostos que culminaram com o Movimento de Reconceituação, qual foi a participação do Serviço Social neste movimento e o Serviço Social na Contemporaneidade.

No segundo capítulo, discutimos acerca da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, antes e pós Constituição Federal de 1988, a qual passa a garantir os direitos sociais aos cidadãos perante lei. Discorreremos também neste capítulo a respeito da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) que caracteriza a assistência social como direito de todos e dever do Estado, e por fim, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005).

Em seguida, abordamos no terceiro capítulo a prática profissional e o uso dos instrumentais e instrumentalidades no Serviço Social, sendo este o foco de nossa pesquisa. Destacando a importância dos mesmos na atuação profissional; caracterizando assim, os principais instrumentais utilizados pelos assistentes sociais em seus espaços sócios ocupacionais.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos a pesquisa realizada, por meio da aplicação de questionário estruturado, contendo quatorze perguntas

abertas, a nove profissionais que atuam na Política de Assistência Social, nos cinco municípios da microrregião de Ivaiporã.

Utilizamos também, como um recorte, o tempo de atuação dos profissionais entrevistados, o que nos permitiu realizar uma comparação entre os profissionais que já atuavam na Política de Assistência Social antes e pós SUAS. Deste modo, definimos nossa pesquisa nas unidades: CRAS, CREAS e Órgão Gestor.

Conforme exposto, a princípio foram procurados doze profissionais para participarem da pesquisa, sendo que obtivemos o retorno de apenas nove destes profissionais. Pois, um dos profissionais estava em período de férias e outros dois profissionais, não conseguiram responder ao nosso questionário dentro do prazo de entrega, devido à sobre carga de trabalho.

Após o levantamento bibliográfico e análise da pesquisa de campo ficou claro a importância do uso dos instrumentais e instrumentalidade pelos profissionais de Serviço Social em seu cotidiano de trabalho; os quais proporcionam ao assistente social, a base teórica do agir profissional. Pois é por meios deles, que o assistente social decifrará a realidade, culminando no estudo do caso, vendo todas as particularidades proporcionando uma tomada de decisão que respondam as essas demandas.

A partir da análise da pesquisa, podemos concluir que não houve mudanças nos instrumentais e instrumentalidade com a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mas sim a exigência de utilizá-los de forma correta, ou seja, a partir da implantação do SUAS, os profissionais tiveram que adaptar-se e cumprir com as normas trazidas por este Sistema. Uma vez que, a atuação dos profissionais, assim como o uso dos instrumentais e da instrumentalidade irá depender também dos objetivos instituídos pelos espaços sócios ocupacionais, nos quais os profissionais irão atuar; desde que estes objetivos estejam em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional.

Deste modo, podendo ser destacada a importância dos instrumentais na prática profissional, em uma visão mais ampla em seu campo de atuação; também, são eles que dão a base teórico-metodológico na leitura da realidade dos casos; permitindo definir cada caso em suas particularidades, de forma a conhecer em sua totalidade.

Porém, esta pesquisa não pode ser considerada como algo acabado, apesar de neste momento ter sanado nossa indagação, temos que levar em consideração que vivemos em uma sociedade que está em constante movimento e, suas relações podem ser modificadas e/ou transformadas a qualquer instante.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. *In.*: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, p. 13-27, 2009.

\_\_\_\_\_. A relação teoria/método: base do dialogo profissional com a realidade. *In.*: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, p. 29-52, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. CFESS (org.). 1º Ed. São Paulo. Cortez, 2012.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. *In.*: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, p. 53-77, 2009.

BRAGA, Léa Lucia Cecílio. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional/Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Critica para Avançar na Luta - Brasília: CFESS, 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**: Lei federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: [http://portal.cnm.org.br/sites/8800/8875/download/2\\_dia/MPIMPLANTACAODOSUA\\_S-AnaLugia.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/8800/8875/download/2_dia/MPIMPLANTACAODOSUA_S-AnaLugia.pdf)> Acesso em: Dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em:

<<http://www2.mp.pr.gov.br/direitoshumanos/docs/assistencia/leg02.pdf>> Acesso em: Dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>> Acesso em: Jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_sistema](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema)> Acesso em: Jan. 2014.

CARDOSO, M. F. M. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social:** observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. ed. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

CFESS. **O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos:** contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. CFESS (org.). 09 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. 03 ed rev. e atual. São Paulo, Cortez, 2012.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **Cidades - Arapuã.**

Disponível

em:

<[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410165&search=||in\\_fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410165&search=||in_fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas)> Acesso em: Mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cidades - Ariranha do Ivaí.** Disponível em:<[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410185&search=||in\\_fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410185&search=||in_fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas)> Acesso em: Mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cidades - Ivaiporã.** Disponível em:  
 <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411150> > Acesso em: Mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cidades - Jardim Alegre.** Disponível em:  
 <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411250&search=parana|jardim-alegre>> Acesso em: Mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cidades - Lunardelli.** Disponível em:  
 <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411375&search=parana|lunardelli>> Acesso em: Mar. 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *In.: Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 84, ano XXVI, p. 21-36, Nov. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. 4º reimpressão. São Paulo, Atlas, 2011.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas – SP. Editora Alínea, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social.** Palestra proferida ministrada no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007, promovido pelo CRESS-6ª. Reg. Disponível em:  
 <[http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13053/11225/A\\_INSTRUMENTALIDADE\\_NO\\_TRABALHO\\_DO\\_SERVICO\\_SOCIAL\\_Yolanda\\_Guerra\\_1\\_.PDF](http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13053/11225/A_INSTRUMENTALIDADE_NO_TRABALHO_DO_SERVICO_SOCIAL_Yolanda_Guerra_1_.PDF)>  
 Acesso em: Abr. 2014.

\_\_\_\_\_. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In.*: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, p. 79-106, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In.*:CFESS; ABEPSS. (orgs.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 341-376, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. 29 ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]; CELATS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 1998.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2º ed. São Paulo, Veras Editora CPIHTS, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. 5º reimpressão. São Paulo, Atlas, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MIOTO, Regina Célia. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In.*: **CFESS; ABEPSS**. (orgs.) **Serviço Social: direitos sociais e competências**

profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.481-512, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_.O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *In.:Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, v. 84, ano XXVI, p. 05-20, Nov. 2005.

NOZABIELLI, Sônia Regina. **Entre Permanências e Mudanças** - A Gestão Municipal da Política de Assistência Social na Região de Sorocaba (SP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro, E-parpers, 2010.

PIRES, Sandra Regina de Abreu.O instrumental técnico na trajetória histórica do serviço social pós-movimento de reconceituação. *In.:Serviço Social em revista*. Publicação semestral do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v. 09; nº 02, Jan/Jul. 2007. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n2\\_sandra.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n2_sandra.htm)> Acesso em: Set. 2013.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. **A Observação e a Abordagem no Exercício Profissional**: revisitando a dimensão técnico-operativa no Serviço Social. *In.: Cadernos da Escola de Educação e Humanidades*. Curitiba, v. 1; p. 28-35, 2004. Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/educacaoehumanidades/article/viewFile/392/331>> Acesso em: Abr. 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma Perspectiva Crítica. *In.: Serviço Social: temas, textos e contextos*.2º ed, LUMEN JURIS, p. 47-63, 2011.



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo. Cortez, 2007.

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. p.119-132. 2008. Disponível em:<<http://www.uepg.br/emancipacao>> Acesso em: Ago. 2013.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 08 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaiza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/95973048/A-Menina-LOAS-Um-processo-de-construcao-da-Assistencia-Social-Aldaiza-Sposati>> Acesso em: Fev. 2014.

SUAS/PR. Compilado de Leis e Normas feito pela Secretaria Estadual de Assistência Social do Paraná. 2005

TORRES, Julio Cesar. O SUAS e a universalização da renda social no Brasil. *In.:* **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 92, ano XXVIII, p. 01-57, Nov. 2007.

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *In.:* **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 56, ano XIX, p. 09-22, Mar. 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dês anos de LOAS. *In.:* **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 77, ano XXIV, p. 11-19, Mar. 2004.

**ANEXOS**

## ANEXO A

### Questionário da Pesquisa de Campo

- 1- Há quanto tempo você atua como assistente social?
- 2- Há quanto tempo você atua na política de Assistência Social?
- 3- Em sua visão o que são instrumentais e instrumentalidade?
- 4- Qual a importância dos instrumentais em seu cotidiano profissional?
- 5- Quais são os principais instrumentais utilizados no cotidiano em seu espaço sócio ocupacional? Por quê?
- 6- Em sua visão, estes instrumentais utilizados são suficientes ou há a necessidade de um aprimoramento?
- 7- Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, em sua visão, houve ou não mudanças significativas nos instrumentais para a ação profissional? Justifique.
- 8- Você já se deparou em seu cotidiano profissional com alguma resistência por parte dos usuários na utilização de algum dos instrumentais para o seu fazer profissional?
- 9- Quem tem acesso aos documentos gerados a partir dos instrumentais? Existe sigilo com relação aos dados levantados por meio dos instrumentais? Estes documentos são arquivados?
- 10- Em sua visão, seria possível realizar um trabalho de qualidade sem os instrumentais existentes?
- 11- Você acredita que independente do instrumental utilizado, a dimensão ético-política deve ser constantemente refletida e pensada?
- 12- Você acredita que através da utilização dos instrumentais e análise dos mesmos, é possível ter uma intervenção que vá de encontro com a realidade vivida pelo usuário? Pode-se afirmar que por meio deste é possível conhecer a essência de cada caso?
- 13- Alguma vez você já precisou mudar de instrumental, ou o modo de aplicação, em algum caso que estava atendendo?
- 14- Você já atuou em alguma outra política fora da Assistência Social? Em qual? Há alguma semelha entre os instrumentais?

## ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa: **“A instrumentalidade e os instrumentais na atuação do Assistente Social junto a Política de Assistência Social: uma análise pós SUAS”**, realizada pelas discentes: Andréia Galan Carniato de Souza e Larissa Aline Olanczku Taras, do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Profa. Ms. Vanessa Rombola Machado.

O referido trabalho tem como objetivo geral: **Analisar a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social houve, ou não, alterações significativas junto aos instrumentais e a instrumentalidade utilizada pelo Assistente Social que atua na Política de Assistência Social.**

A sua participação é muito importante e ela se dará por meio de respostas a um questionário. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, assim, o (a) senhor (a) não pagará nem será remunerado por sua participação e poderá recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda, que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa, o (a) senhor (a) tem reservado o direito de esclarecimento, que poderá ser realizado pelas discentes Andréia Galan Carniato de Souza pelo telefone (43) 96417201, e Larissa Aline Olanczku Taras pelo telefone (43) 9670-0411 ou pela sua orientadora, a Professora Ms. Vanessa Rombola Machado através do telefone (43) 9974-8232.

Ivaiporã, 13 de março de 2014.

Discente:

Andréia Galan Carniato de Souza:

Larissa Aline Olanczku Taras:

Pesquisadora Responsável: Vanessa Rombola Machado

\_\_\_\_\_ (nome  
**por extenso do sujeito de pesquisa**), tendo sido devidamente esclarecido sobre os  
procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa  
descrita acima.

**Assinatura (ou impressão**

**dactiloscópica):** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2014.